



Ano 3, Nº 14, agosto de 2022

FÉ CRISTÃ

Revista **Digital**

O Aborto e a fé cristã



LECLERC VICTER

*O cristianismo de mente vazia
e seus efeitos*

WALLAS PINHEIRO

A Política de José no Egito

\\ Sumário

4. Editorial

Uma questão de ignorância

5. Devocional

Quando os olhos se fecham no mundo e se abrem na glória

8. Artigo Especial

O aborto e a fé cristã – o que a Bíblia ensina?

13. Artigo Especial

Aborto – estupro, anencefalia, risco de morte da mãe e outras questões

20. Psicologia

Thanatos – Medo da morte e ressurreição

29. Fé Cristã e o estudo teológico

O cristianismo de mente vazia e seus efeitos

36. Política

A Política de José no Egito

42. Arte

Stranger Things e a ilusão da culpa

FÉ CRISTÃ

Revista Digital

FUNDADA EM 2020

EDITOR-CHEFE/DIRETOR DE REDAÇÃO: Marcos Motta **EDITOR-ADJUNTO:** Wallas Pinheiro
IDENTIDADE VISUAL: Marcos Motta **CAPA:** Marcos Motta **DESIGN INTERNO:** Marcos Motta **REVISÃO:** Lorena Garrucho **CONTRIBUIÇÕES NA EDIÇÃO:** Equipe de colaboradores **DIAGRAMAÇÃO:** Marcos Motta **PUBLICIDADE / DIVULGAÇÃO / PROPAGANDA:** Equipe de colaboradores **ATENDIMENTO AO LEITOR:** Marcos Motta **CONTATO:** redes sociais.

REVISTA FÉ CRISTÃ, ano 3, nº 14, agosto de 2022, é uma publicação cristã independente, interdenominacional e mantida tão somente por seus colaboradores. **EDIÇÕES ANTERIORES:** disponíveis para download no endereço eletrônico da revista. Disponíveis para pedido através de contato via redes sociais oficiais. **A REVISTA FÉ CRISTÃ** não tem fins lucrativos. Este é um material gratuito, portanto, este arquivo não pode ser vendido. O compartilhamento via redes sociais e dispositivos eletrônicos é livre. A impressão, total ou parcial, para uso pessoal ou congregacional, no caso de igrejas, é totalmente permitida, desde que, quando de uso público, a fonte do material seja citada. O conteúdo de cada coluna e/ou artigo é de inteira responsabilidade de seus autores.

revistafecrista.com

facebook.com/revistafecrista

instagram.com/revistafecrista

Uma questão de ignorância

Muitas pessoas odeiam falar sobre política. Este assunto é realmente algo sobre o qual elas não têm interesse. E mais do que não querer falar, algumas delas não querem sequer ter contato com ele, em artigos, revistas, livros, vídeos, TV... política é algo que literalmente lhes causa repugnância.

Triste isso.

Creio eu que essa atitude diante das questões políticas se deve muito à ignorância das pessoas quanto ao fato de que a política envolve cada uma das áreas de suas vidas, ou seja, é uma questão de ignorância.

O que fazer quanto a isso?

O professor Leclerc Victor, em seu artigo *O cristianismo de mente vazia e seus efeitos*, publicado originalmente na Revista Fé Cristã Nº 5, e republicado na presente edição, cita que muitos de nós nos contentamos com muito pouco, nos contentamos em

permanecer ignorantes quando a assuntos que se relacionam de maneira ampla com a nossa vida e com a nossa fé:

“Milhares e milhares de homens e mulheres que decidiram navegar na calmaria das águas mornas, curtindo o “abraço” quente e acolhedor da mediocridade.”

Precisamos rejeitar essa mediocridade. Precisamos rejeitar a mornidão, a falta de posicionamento, a insipidez da falta de coragem de defender a Verdade.

A questão é que, uma vez que o Inimigo usa todas as ferramentas possíveis para atacar nossa fé e nos desviar do propósito de Deus para nossas vidas, incluindo a política (uma ferramenta que afeta todas as áreas da nossa vida), permanecermos ignorantes em relação à este assunto é o mesmo que baixar a guarda e preferir continuar indefeso contra as investidas do inimigo, ao invés de se inteirar de suas estratégias para podermos lutar contra elas.

Estamos há pouquíssimos meses das eleições, e mais uma vez trazemos para você uma edição recheada de temas políticos que se relacionam com a fé cristã os quais, se ignorados, nos impedirão de exercer a nossa fé com propriedade num futuro próximo.

Que você possa se inteirar a tempo das pautas políticas que são anticristãs e visam derrubar a fé cristã, e que são defendidas por muitos políticos que serão candidatos na próxima eleição – e que a Revista Fé Cristã possa cooperar para essa sua evolução.

Que você possa ser abençoado ao ler o nosso conteúdo. Compartilhe este arquivo PDF com todos com quem você tem contato. E siga-nos nas redes sociais: @revistafecrista, no Facebook e no Instagram. Até a próxima!



MARCOS MOTTA
Editor-chefe

Quando os olhos se fecham no mundo e se abrem na glória

"De onde vem tal desejo que estava em Paulo e em Brainerd? Melhor: de onde vinha essa coragem para enfrentar o derradeiro momento da morte? Sem dúvidas, do amor ao Senhor e da confiança em Sua Palavra!"



Henrique Vidal, 28 anos, membro da Assembleia de Deus em Salvador – BA, é professor e coordenador da Escola Bíblica Dominical.

E Deus limpará de seus olhos toda a lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor; porque já as primeiras coisas são passadas. (Apocalipse 21:4)

O ano de 2020 tem sido um ano muito difícil; de muitas dores, frustrações e de muitas lágrimas. Perdermos J. I. Packer, Nilma, esposa do Paulo Cezar, fundador do grupo Logos; Fabiana

Anastácio não conseguiu vencer o Covid-19. Na terça-feira, 4 de agosto, uma explosão matou mais ou menos 220 pessoas, em Beirute, no Líbano. Onde congrego, perdemos a nossa irmã Lícia, também vítima do Covid-19. Em grupos de estudos, primeiro era pedido de oração e, em seguida, a notícia de mais um que partiu.

Todos os anos, coisas ruins acontecem; mas, especialmente em 2020, parece que tudo isso ocorreu em um grau maior! Obviamente que, na história da humanidade, houve épocas bem que piores do que a nossa. Mas, quero me ater ao hoje, naquilo que nós estamos vivendo!

Não é verdade que, na Bíblia, encontramos incontáveis promessas em relação à resposta de Deus às nossas orações? Diante de tudo isso, no entanto, é compreensível que alguns irmãos duvidem acerca de Deus, se realmente Ele ouve as nossas orações.

Quando nos deparamos com pessoas que amamos no leito de morte, entre o aqui e o além, nos apegamos a promessas como a de Mateus 21:22, que diz:

“E, tudo o que pedirdes em oração, crendo, o recebereis.”

Ora, se Jesus disse isso, logo, Ele há de cumprir. Então, as pessoas, cheias de confiança em promessas como essa, logo, descartam a possibilidade de seu amado(a) partir. E quando descartam essa possibilidade, acabam como que, esquecendo do plano eterno de Deus, o qual não conhecemos. É daqui que nascem as decepções.

Se sua vontade se choca com a vontade de Deus, Isaías nos diz quem vencerá:

“O meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade.” (Isaías 46:10)

Sim, a vontade do Eterno prevalecerá. Se a vontade do

Senhor for colher seu amado ou sua amada, Ele fará!

Bem, eu compreendo que, agora mesmo, você pode estar ainda mais chateado com Deus. Independentemente de como a pessoa estaria vivendo entre nós, seu desejo era tê-lo por perto. Nunca estamos prontos para despedidas.

Isso se dá por muitos motivos. Um deles, é que não queremos pensar sobre a brevidade da vida. Não queremos aceitar que vamos partir, tampouco que um dia vamos nos despedir de quem mais amamos.

A verdade é que, quando estamos a sós, e pensamentos sobre a morte nos vêm à cabeça, a nossa reação é tentar fugir desses pensamentos, visto que não estamos prontos — e nem queremos estar, para essa realidade.

Cantamos, ligamos o som nas alturas, procuramos com quem conversar, tudo isso para fugir desses pensamentos. Por qual razão você pensa que as pessoas passam mais tempo conectados, navegando nas redes sociais? Por quê ninguém consegue e deseja ficar só, em silêncio? Muitos de nós, gostamos de acreditar que não iremos partir.

Alguns desejam o *arrebatamento* não porque querem ver a face de Deus, mas é justamente para não ter que passar pela morte; quando os olhos se fecham nesse mundo.

Bem, o que sei é que até aqui tudo parece muito triste. Principalmente se você é um daqueles que saem selecionando em quais promessas bíblicas vai depositar sua esperança. Mas, se você é daqueles que amam *todo o conselho de Deus*, então, vai entender que, para os cristãos, quando os olhos se fecham nesse mundo, isso não é motivo tristeza, mas de alegria!

Qual era a razão para Paulo dizer à igreja de Filipos que: *“porque para mim o viver é Cristo e o morrer é lucro”*? A razão é que para Paulo, toda a Escritura é inspirada por Deus e, portanto, todas as promessas hão de se cumprir. Se realmente cremos que toda a Escritura é a Palavra de Deus, então, pensar sobre a brevidade da vida deve nos trazer gozo, e não tristeza.

Mais uma vez, Paulo nos é exemplo disso. Em Filipenses 1:23, Paulo diz que tem *“desejo de partir, e estar com Cristo”*, pois, para ele, *“isto é ainda melhor”* do que ficar neste mundo caído.

Eu fico a imaginar o quanto Paulo desejava fechar os olhos nesse mundo, caído, cheio de pecado e, então, abri-los na glória! Talvez, você esteja pensando: ah! Paulo viu o Cristo! É fácil crer assim. Então, me permita lhe trazer o testemunho de um fiel soldado de Cristo que viveu no século

XVIII, como exemplo. Seu nome era David Brainerd.

Quando estava próximo da morte, em seu leito, alguém entrou no quarto com a Bíblia, de maneira que ele exclamou: *“oh! querido livro! Breve hei de vê-lo aberto; os seus mistérios então me serão desvendados!”* À medida em que ficava mais fraco fisicamente, mas anelava pela presença de Deus. Dizia ele: *“Fui feito para Eternidade. Como anelo a presença de Deus!”*

Brainerd teve uma vida difícil. Não teve saúde. O Senhor não lhe permitiu ter o seu diploma que tanto desejava. Brainerd também não se casou. Morreu com apenas 29 anos. Suas últimas palavras, todavia, não foram de lamento por não ter tido saúde, nem por não ter desfrutado dos carinhos de uma esposa. Suas últimas palavras foram: *“Oh! vem Senhor Jesus! Vem depressa!”*

De onde vem tal desejo que estava em Paulo e em Brainerd? Melhor: de onde vinha essa coragem para enfrentar o derradeiro momento da morte? Sem dúvidas, do amor ao Senhor e da confiança em Sua Palavra!

David Brainerd sabia que, embora seus olhos se fecharam aqui, com seu corpo abatido por causa da tuberculose, ao abrir os olhos na glória, e por ocasião da ressurreição, veria seu corpo perfeito. Glorificado! Brainerd sabia que é depois da

morte que realmente passamos a viver! Sim, meus irmãos. Enquanto aqui no mundo, estamos morrendo. Aqui, neste presente século, só temos dores, aflições, enfermidade.

Todos os dias, pessoas estão sofrendo com câncer. Pastores são achados em depressão devido a tantos problemas. Missionários, abatidos, por terem sido abandonados. Jovens chorando, sem alegria, por perderem batalhas contra o pecado; aqui neste mundo, há muita dor, lágrimas e tristeza.

Lá na glória é diferente. Lá, as lágrimas serão enxugadas. O pecado não mais nos tirará a paz. O diabo não poderá nos

acusar. Ah!, meus irmãos. O cego verá o Sol da Justiça. O que era manco, correrá para o Senhor; quem era cadeirante, dançará livremente! Os que estão paraplégicos aqui, andará de mãos dadas com você. E comigo. Cristo, o Rei dos Reis, nos receberá. Com o nosso Senhor, vamos cear!

Meu coração exulta enquanto escrevo.

Na glória, encontraremos os nossos amados irmãos que partiram com Cristo. Lá viveremos verdadeiramente. Tudo isso vai acontecer quando os olhos se fecharem no mundo, e se abrirem na glória!

Lembre-se que quem, em Cristo, morreu aqui, nunca mais irá morrer. E suas obras lhes acompanham. Eu não quero aqui dizer para você que tristeza e luto são reflexo da falta de fé. Longe disso. Só estou dizendo que, se crermos verdadeiramente na Palavra de Deus, quando pensarmos sobre a brevidade da vida, estes serão momentos por demais doces para nós!

*Este devocional foi publicado originalmente na Revista Fé Cristã Nº4, de setembro de 2020.

O aborto e a fé cristã – o que a Bíblia ensina?

"Embora nossa cultura esteja continuamente lutando contra essa ideia, não é possível acreditar na Bíblia e negar que aquele ser que ainda não nasceu seja uma pessoa."



Marcos Motta, 29 anos, é editor-chefe de Revista Fé Cristã. Membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Lajeado – RS, é graduando em Processos Gerenciais, pela Universidade Estácio de Sá, e estudante autodidata de teologia. Autor do livro *Não Estamos Derrotados: A Verdadeira Vitória* (2017). Na igreja local, coopera como pregador, e também como ministro de louvor. Casado com Talita Motta.

Um dos assuntos mais comentados dos últimos tempos é a questão do aborto, com a discussão sendo levada, na maioria das vezes, para o âmbito da moralidade da prática do aborto e das políticas sociais que devem ou não ser implantadas pelos governantes com relação ao aborto.

Walter C. Kaiser Jr., citando Kerby Anderson, informa que *“embora o aborto seja um dos temas atuais mais polêmicos e que mais causam divisão, ainda é a cirurgia realizada com mais frequência em adultos nos Estados Unidos. Estima-se que um em cada três bebês concebidos nesse país são intencionalmente abortados”*.¹ Já David Platt, nos traz um número mais alarmante: 42 milhões de abortos são realizados por ano no mundo todo, o que equivale a cerca de 115 mil abortos

todos os dias. Não à toa, ele chama esse quadro de *“holocausto moderno”*.

*“Estamos falando aqui de um massacre de 42 milhões de crianças não nascidas todos os anos.”*²

No Brasil, mais recentemente, o que desencadeou uma nova enxurrada de opiniões na mídia e nas redes sociais, foi o caso de uma menina de 11 anos que engravidou de um menino de 13, e que foi conduzida ao aborto após sete meses de gravidez. Já nos EUA, do lado oposto da discussão ideológica, a Suprema Corte revogou o direito ao aborto, garantido há quase meio século.

A discussão

Devido ao alto índice de mortes decorrentes de abortos clandestinos, sobretudo de mulheres que não têm condições de pagar por um procedimento seguro,

¹ ANDERSON, Kerby. *Christian ethics in plain language* (Thomas Nelson, 2005), p. 38, citado em KAISER JR.,

Walter C. *O Cristão e as questões éticas da atualidade* (Vida Nova, 2015), p. 137.

² PLATT, David. *Contracultura* (Vida Nova, 2018).

defensores do aborto consideram inaceitável sobrepor a vida do embrião à integridade física, psicológica, moral e social da mulher. Para eles, embriões não têm direito à vida, pois não passam de um minúsculo amontoado de células sem consciência. Por isso, não podem ser considerados *sujeitos de direito*. Matar um embrião não é matar um de nós. O aborto deve ser tratado como sério problema de saúde pública. A vida sexual e a saúde reprodutiva das mulheres dizem respeito só a elas. Ainda que o embrião merecesse respeito moral e proteção legal, abortar continuaria sendo ato legítimo por se tratar de uma decisão de foro íntimo. Cada mulher é dona do próprio corpo e ninguém tem o direito de se intrometer em suas decisões.

Por outro lado, quem combate o aborto considera o embrião uma pessoa como qualquer outra. Assim como é inaceitável o homicídio, também não se pode aceitar que uma mulher, ao decidir interromper a gravidez, mate o próprio filho. Se pessoas decidem abortar, trata-se de escolha ilícita, objetivamente imoral. Nesse caso, não seria problema de saúde, mas de segurança pública. Algumas pessoas contrárias ao aborto fundamentam suas convicções a partir da perspectiva de que

a vida é sagrada e precisa ser protegida desde o momento da concepção. Recorrem, ao defender a vida do embrião, à fé religiosa. Como se acredita que o país é de maioria cristã e que a vida é um dom de Deus, o aborto deve ser proibido, e a vida em gestação, como a vida de qualquer outro ser humano, protegida pelo Estado. Independentemente de como essas crenças se sustentem, a liberdade não pode estar acima do direito à vida. Se a mulher aborta, comete crime.

O desafio cristão no debate

Sou cristão e sou contra o aborto. Apesar de que muitos cristãos proeminentes têm tentado defender a possibilidade de escolha da mulher (de abortar, se assim quiser), cristãos esses que permitiram que suas convicções fossem formuladas por doutrinas de espectro ideológico categoricamente progressista, creio que o aborto contraria o que a fé cristã ensina e que não há coerência em se identificar como cristão e defender o aborto ao mesmo tempo. Razzo aponta:

“O desafio consiste em argumentar que essa decisão mata uma pessoa e não apenas expulsa uma coisa do corpo da mulher grávida. Aliás, gravidez tampouco significa doença contagiosa que se pega por “contato”; gravidez é fruto de

uma decisão inspirada por inúmeros motivos e com sérias consequências. Aborto não pode ser usado como “tratamento arriscado” por uma mulher que, ao não passar “repelente”, acabou ficando grávida como alguém fica doente.”³

Adentraremos na discussão, no entanto, buscando entender o que a Bíblia nos ensina sobre o aborto, uma vez que já existem muitos materiais que discorrem sobre os aspectos filosóficos, jurídicos e científicos que envolvem esta questão. O que a Bíblia diz que está dentro do útero? É um ser humano? Ou será meramente um embrião, um feto? Praticamente qualquer outra pergunta e todo argumento na controvérsia sobre o aborto retoma essa indagação: o que, ou quem, está no útero? Uma vez respondida essa pergunta, tudo o mais ganha perspectiva.

O feto é uma pessoa

“Se homens brigarem e ferirem uma mulher grávida, e ela der à luz prematuramente, não havendo, porém, nenhum dano sério, o ofensor pagará a indenização que o marido daquela mulher exigir, conforme a determinação dos juízes. Mas, se houver danos graves, a pena será vida por vida...” (Êxodo 21:22,23 – NVI)

Atente para o quadro que a Bíblia nos fornece. Deus está

³ RAZZO, Francisco. *Contra o Aborto*
1

entregando a Sua Lei a Moisés, lei esta que Moisés deveria declarar ao povo de Deus. Como ilustração para uma das leis, o SENHOR apresenta a possibilidade de uma mulher grávida ser ferida durante uma briga entre homens. Se essa mulher, por causa disso, desse à luz prematuramente, mas sem que isso tivesse causado danos sérios à vida dela e do bebê, o ofensor, causador do ferimento, deveria meramente pagar uma indenização ao marido da mulher. No entanto, se houvesse danos graves, isto é, se houvesse a morte da mulher ou do bebê, a pena seria vida por vida ou, em outras palavras, a morte do causador do ferimento.

Alguém poderia argumentar que a Bíblia não fala nenhuma vez, nesta passagem, sobre a vida ou a morte do bebê. Contudo, refuto esse argumento com o simples fato de a Bíblia especificar uma mulher **grávida**. Muitas leis dadas por Deus simplesmente desconsideram a condição de grávida por ser esta condição algo irrelevante nestes casos (destas leis). Mas, não aqui. Além disso, Deus não inspiraria o autor humano a utilizar o substantivo “grávida” (*hareh* ou *hariy*) se a Sua intenção fosse determinar uma lei meramente acerca das mulheres que fossem encontradas em qualquer estado, grávidas ou não. O

bebê e sua vida, assim como a grávida e sua vida, está em foco.

Uma vez que esclarecemos isso, perceba que em nenhum momento Deus fornece um número de meses específico como condição para que essa lei pudesse ser aplicada. Se a mulher estivesse grávida, logo essa lei valeria para ela e seu feto.

Tudo — tudo! — gira em torno do que acontece no útero materno e a Escritura é clara: esse útero abriga uma pessoa, e se é uma pessoa que está lá, este é um ser que está sendo formado à imagem de Deus. Se esta vida for ceifada, a punição é a morte. Diante disso, qualquer distinção entre um feto ou bebê que ainda não nasceu e um bebê que já nasceu é tanto artificial quanto contrária à Bíblia. Por que, para a sociedade atual, um pode ser considerado como uma pessoa e o outro não? Deus vê aquele ser que ainda não nasceu como uma pessoa e o designa para viver desde o momento da concepção — ele não deve ser morto; nenhuma ação humana tem a autorização divina de levar esse bebê à morte.

Embora nossa cultura esteja continuamente lutando contra essa ideia, não é possível acreditar na Bíblia e negar que

aquele ser que ainda não nasceu seja uma pessoa.

Outra passagem bíblica pode nos ajudar neste entendimento de que não há esse tipo de diferenciação entre um indivíduo no ventre e o mesmo indivíduo fora dele, entre uma fase da existência e outra. Jó pergunta: “*Não me vestiste de pele e carne e não me juntaste com ossos e tendões?*” (Jó 10:11). O pronome pessoal me evidencia que o ensino bíblico é que, enquanto o feto não havia recebido sequer pele e carne, ossos ou tendões ou enquanto recebia cada um desses elementos que dão forma ao corpo humano, este feto já era Jó, já era a pessoa Jó. Jó se vê como o indivíduo Jó na mais remota fase de sua existência. Ele não deixa de ser Jó porque ainda estava no ventre da mãe, e porque seu minúsculo corpo ainda não havia sido completamente formado.

Paul Ramsey expressou isso assim:

“O indivíduo humano entra na existência como um pontinho minúsculo de informação [...] Seu desenvolvimento pré e pós-natal subsequente pode ser descrito como um processo de se tornar o que ele já é desde o momento em que foi concebido.”⁴

⁴ RAMSEY, Paul. *Fabricated man: the ethics of genetic control*. New Haven,

Conn.: Yale Univ. Press, 1970. p. 11. Citado em STOTT, John. *O cristão em*

uma sociedade não-cristã (Thomas Nelson Brasil, 2019).

As pessoas [incluindo os bebês não nascidos] são feitas à Imagem de Deus

Se o feto é uma pessoa, o feto carrega a imagem e semelhança de Deus. Os principais termos hebraicos relacionados aos seres humanos como portadores da imagem de Deus são *tselem* (“imagem”, “semelhança”) e *demût* (“forma”, “molde”, “semelhança”) (Gn 1:26,27; 5:1; 9:6). Quando falamos da vida humana, estamos tratando de uma semelhança com Deus sem igual na criação. As Escrituras não esperam, como fazem os modelos de desenvolvimento da vida, para constatar a imagem de Deus só na pessoa racional e autoconsciente que já nasceu; na verdade, a pessoa já é portadora da imagem divina independentemente dessas considerações (como o nascimento ou mesmo quaisquer boas obras), isto é, sempre que houver vida.

O salmista, por exemplo, retrata a humanidade como distinta de todo o restante da criação por causa da imagem de Deus; o autor de Hebreus repete a mesma verdade. O ensinamento central permanece sempre o mesmo: em toda a ordem criada, a humanidade é única e foi estabelecida acima das demais criaturas da Terra por ordem e autoridade divinas.

Quanto às crianças, elas não são vistas na Bíblia como um

aborrecimento; elas são “*presentes*” e “*herança do Senhor*” (Sl 127:3), de maneira que a ausência de filhos não é a situação preferível, mas uma condição em que a pessoa anseia para que Deus, em Sua providência, a torne fértil, uma vez que a Sua soberania também se estende à concepção (Gn 29:31,33; 30:22; 1Sm 1:19,20).

Salmo 139: o argumento bíblico definitivo contra o aborto

“Os teus olhos viram a minha substância ainda informe, e no teu livro foram escritos os dias, sim, todos os dias que foram ordenados para mim, quando ainda não havia nem um deles.” (Salmos 139:16)

O Salmo 139 é o argumento bíblico definitivo contra o aborto. Entendendo e crendo que os autores bíblicos foram inspirados por Deus para escreverem o que escreveram, sabemos que quando eles falam, eis Deus falando.

Assim, no Salmo 139 temos o próprio Deus nos ensinando sobre a concepção da vida humana. Podemos falar de pelo menos quatro trechos deste salmo:

Deus criou o íntimo do ser de uma pessoa, seu cerne, sua essência, seu fio de vida mais íntimo e interno:

“Tu criaste o íntimo do meu ser” (139:13a)

E isso acontece quando Deus inicia a nova vida ainda no ventre da mãe

“... me teceste no ventre de minha mãe. Eu te louvo porque me fizeste de modo especial e admirável. Tuas obras são maravilhosas...” (139:13b,14)

Deus vê a cada embrião como pessoa – mais do que isso, enquanto a concepção acontece no secreto do ventre de uma mãe, após uma relação íntima de um casal, Deus já vê ali um indivíduo, conhecendo desde já até os seus ossos

“Meus ossos não estavam escondidos de ti quando em secreto fui formado e entretecido como nas profundezas da terra. Os teus olhos viram o meu embrião.” (139:15,16a – NVI)

“Os teus olhos me viram a substância ainda informe...” (Salmos 139:16 – ARA)

Deus determinou todos os meus dias antes de eu viver o primeiro deles

“... todos os dias determinados para mim foram escritos no teu livro antes de qualquer deles existir.” (139:16b-d)

Aqui, o salmista nos ensina que a soberania de Deus é tão grande a ponto de que a pessoa humana é contemplada ainda antes de ser gerada, antes mesmo que qualquer forma física tenha sido esboçada – o homem é visto pelos olhos do Senhor antes mesmo de se

tornar um embrião. Quando ainda somos nada mais que *substância informe*, já somos reconhecidos por Deus como indivíduos, como imagem e semelhança Dele.

Cristãos são contra o aborto, por exemplo, não meramente por que o assassinato é condenado por Deus, apesar de não termos provas de a partir de quando Deus considera o feto como uma vida humana. Não. Deus nos dá perfeita e clara fundamentação sobre isso: aos olhos de Deus, Davi já era Davi muito antes de ser um feto – assim como Jó na passagem citada antes.

A declaração mais chocante, no entanto, vem a seguir: Davi só é visto por Deus como Davi mesmo antes de se tornar Davi, porque Deus é quem faz

Davi ser Davi. Ficou difícil? O salmista explica: *“no teu livro foram escritos os dias, sim, todos os dias que foram ordenados para mim, quando ainda não havia nem um deles”*.

Davi ainda não havia respirado. Davi ainda não havia chorado pela primeira vez sobre as mãos da parteira. Davi ainda não havia sorvido pela primeira vez o leite do seio da mãe. Nem um dia da vida de Davi havia acontecido. Nenhum órgão de Davi havia sido formado, ainda no ventre – bracinhos, perninhas, nariz, boca, nada. Todavia, Deus já havia escrito em Seu livro todos os dias de Davi, sim, todos os dias que foram ordenados para a vida de Davi – e isso tudo, quando ainda nem um deles havia acontecido.

Há fundamento sólido para confiarmos e nos entregarmos a Deus, vivendo a vida em total dependência Dele. E para lutarmos contra o aborto. Devemos lutar até o último minuto de vida com a convicção de que os homens não podem pensar que têm o poder de decidir quem deve e quem não deve viver, pois, todos já somos quem somos antes de qualquer instante de vida que possa ser computado estatisticamente. O homem não tem poder sobre a vida, e mesmo quando ele pensa que tem, está enganado – ainda que tudo pareça apontar para o contrário. Deus é o autor da nossa vida – o Seu dedo escreveu as páginas da nossa história.

Aborto – estupro, anencefalia, risco de morte da mãe e outras questões

"O Deus do evangelho tem um histórico comprovado de ser alguém que faz todas as coisas, inclusive as ruins, trabalharem para a realização dos seus bons propósitos."



Marcos Motta, 29 anos, é editor-chefe de Revista Fé Cristã. Membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Lajeado – RS, é graduando em Processos Gerenciais, pela Universidade Estácio de Sá, e estudante autodidata de teologia. Autor do livro *Não Estamos Derrotados: A Verdadeira Vitória* (2017). Na igreja local, coopera como pregador, e também como ministro de louvor. Casado com Talita Motta.

Como disse o salmista, “as obras de Deus são maravilhosas”, e isso mesmo (ou especialmente) em meio às dificuldades. Ele pegou a tentativa dos irmãos de José de assassiná-lo e a

transformou na preservação de milhares de pessoas. Ele usou um incesto que, mais tarde, viria a contribuir para o nascimento de Jesus Cristo (veja Mt 1:3). Por fim, Deus pegou o assassinato de seu Filho e o transformou no meio para a nossa salvação. O evangelho prova que podemos confiar em Deus. Todas as suas obras, até mesmo aquelas que menos compreendemos, são maravilhosas, e ele tem o poder, o amor, a bondade e a graça de dar a você e a mim tudo o que precisamos para perseverar nas dificuldades. E, no fim, ele promete transformar todo o nosso pranto em dança e todo o nosso sofrimento em alegria.

Essa é uma introdução necessária para os assuntos que se seguem.

A soberania de Deus e o estupro

As pessoas indagam: “Mas, e nos casos de incesto ou estupro? O aborto se justifica?”. Não tenho a pretensão de saber como é

estar em uma situação dessas. Insisto para que você lembre disso. Estremeço só de pensar em minha esposa, ou em qualquer outra mulher, sendo violentada. Não posso imaginar a dor do dano físico e emocional que isso impõe à mulher e à sua família. Todavia, voltamos à questão fundamental: o bebê no útero materno é uma pessoa?

Se for, isso muda toda a nossa perspectiva. Será que mataríamos uma criança que estivesse fora do útero da mãe porque foi fruto de um estupro? É claro que não. Por que, então, mataríamos uma criança dentro do útero da mãe por ser ela fruto de um estupro? Por que haveríamos de punir uma criança pelo crime do pai (veja Dt 24:16)? Como, afinal de contas, deveríamos tratar uma criança inocente que nos lembra de uma experiência terrível? A resposta é clara: com amor e misericórdia. As pessoas dirão: “Você não se importa com os sentimentos da mulher?”. Repito que não consigo nem

imaginar o que essa mulher passou emocional e fisicamente. Sem dúvida essa mulher preciosa precisa de mulheres e de homens compassivos à sua volta para amá-la, dar-lhe apoio e servi-la de todas as formas possíveis. Contudo, pense assim: se o estuprador fosse pego, será que incentivaríamos a mulher a matá-lo para que se sentisse aliviada emocionalmente? Certamente que não. Por que, então, haveríamos de encorajá-la a matar uma criança inocente em nome do alívio emocional?

Em nossos dias, até mesmo o político mais conservador em questões sociais jamais ousaria dizer que o aborto deveria ser ilegal nos casos de estupro e incesto. Mas eu não sou político. Sou um seguidor de Cristo e tenho certeza do seguinte: o Deus do evangelho tem um histórico comprovado de ser alguém que faz todas as coisas, inclusive as ruins, trabalharem para a realização dos seus bons propósitos.

A soberania de Deus e a deficiência

O problema se estende também às deficiências das crianças. Já é possível determinar se um bebê no útero corre o risco de ter síndrome de Down ou outras deficiências que afetarão sua vida. O aborto deveria, então, ser permitido nessas circunstâncias? Insisto: **NÃO**, se acreditamos realmente que

todas as obras de Deus são maravilhosas.

Tomemos o caso do homem que nasceu cego, em João 9. A maior parte dos judeus que conhecia esse homem teria considerado sua deficiência um sinal inequívoco de pecado, quer na vida dele, quer na de seus pais. Assim, os discípulos perguntaram a Jesus: *“De quem é a culpa?”* Jesus respondeu: *“Nem ele pecou nem seus pais; mas isso aconteceu para que nele se manifestem as obras de Deus”*.

Jesus revela que aquele homem nasceu cego para que um dia pudesse ver, conhecer, declarar e se deleitar na glória de Cristo. De modo algum estou dizendo que estou ciente de todas as dificuldades relacionadas às deficiências ou que todos os deficientes serão curados como o cego de João 9. Mas, com base na Escritura, suplico que não neguemos a obra maravilhosa de Deus até mesmo (ou especialmente) nos casos de deficiência. Mesmo quando não compreendemos, Deus tem um plano e o desejo de usar tudo para o nosso bem e para sua glória (veja Rm 8:28), e não é apenas errado, como é também tolice, bancar deus em tais situações dizendo, basicamente, que sabemos mais das coisas do que ele.

A anencefalia

No ano de 2021, um casal de cristãos de Porto Alegre estava à espera do seu bebê. Com 24

semanas de gravidez, no entanto, souberam que o bebê sofria de acrania. Acrania é uma má formação parcial ou ausência total do crânio, e é considerada pelos médicos como o estágio inicial da anencefalia, que é a ausência de cérebro. Este caso nos serve de exemplo.

Por inúmeros motivos, vamos chamar aqui este bebê de Rafaela. Os médicos diziam que Rafaela sobreviveria apenas por três dias fora do ambiente intrauterino. Para muitas pessoas, seria normal Rafaela ser abortada, porque, afinal, a lei concede esse direito aos pais. Contudo, o casal refletiu que, uma vez servindo a Deus, não tinha o direito de matar o que Ele criou. Rafaela nasceu com pesagem e tamanho de um bebê normal, tão linda que parecia uma boneca! A mãe relatou que “se tivesse tirado a vidinha dela, não veria essa boneca tão linda”.

Até então, ela viveria três dias, entubada e estaria num estado vegetativo. Contudo, sua mãe, serva e filha de Deus, não se importou – ela queria viver com a filha aqueles três dias, e Deus, misericordioso e amoroso que é, permitiu que Rafaela vivesse nove dias – e respirando quase que completamente sem aparelhos.

Aqueles nove dias, foram nove dias lindos. No quartinho, havia alegria, a alegria da vida, a alegria do Espírito

Santo! O mais maravilhoso é que Rafaela não esteve vegetativa! Ela sorriu, chorou, mamou do leite materno, fez suas necessidades e sentia cócegas! Os médicos simplesmente não sabiam explicar como tudo aquilo estava acontecendo. A mãe pôde testemunhar às médicas que, através da pequena Rafaela, o Senhor Jesus estava abrindo os olhos delas.

Então, chegou o dia triste. Os pais receberam a notícia da partida de sua bebê. Aprouve ao Senhor recolher a sua filhinha.

Rafaela não teve crânio ou cérebro, mas foi e é alvo de muito amor. Muito, muito amor. Ela teve um pai que leu a Bíblia para ela todos os dias, e ela ouviu a Palavra de Deus desde o ventre de sua mãe. Ela teve uma mãe que a amou e um irmão que a amou demais. Ela teve uma igreja que orou por ela todos os dias.

Perguntaram à mamãe se ela não se arrependeu de não ter abortado antes, e ela respondeu que passaria tudo de novo. Agora, ela conhecia o rosto de sua filha amada. Seu amor tinha um rosto. Com Jesus, e entendendo a soberania de Deus, ela passaria tudo de novo!

Há também o caso de Marcela, um bebê anencéfalo que viveu 1 ano e 8 meses, contrariando o que é dito pela medicina. Um bebê anencéfalo pode viver 9

dias. Ou pode viver 2 anos. Ou dez. Pode receber de Deus vida, e cérebro, e crânio. Matar um bebê no ventre por qual motivo? Deixemos que o Deus que deu a vida a tire, quando Ele quiser. E vivamos as doces e profundas experiências que Ele nos proporciona.

“E disse-lhe o Senhor: Quem fez a boca do homem? Ou quem fez o mudo, ou o surdo, ou o que vê, ou o cego? Não sou eu, o Senhor?” (Êxodo 4:11)

Risco de vida da mãe

Creio que esta seja a única possibilidade de um cristão verdadeiro concordar com o aborto. Todavia, os casos desta natureza são raríssimos hoje em dia, por conta do avanço da medicina.

A medicina atual já tem condições de retirar, de forma prematura, o feto que oferece risco à vida da mãe e dar a ele boas condições de sobrevivência. Em 2009, em Pernambuco, uma menina de 9 anos de idade ficou grávida e, imediatamente, as autoridades médicas da região indicaram e promoveram o aborto dos gêmeos de 4 meses de vida que estavam no ventre da menina. A alegação era de que a menina gestante corria risco de morrer por ter apenas 9 anos de idade. Se eles tivessem pesquisado um pouco antes de assassinar os gêmeos indefesos teriam descoberto a história da peruana Lina Medina que deu à luz ao seu primeiro filho aos

5 anos de idade e isso em 1939, quando os avanços da medicina eram poucos em comparação a hoje.

Há registros de muitas outras meninas de 8, 9 e 10 anos, em situações semelhantes, que não abortaram e não morreram. Perguntas devem ser feitas: de que tipo de risco estamos falando? O bebê precisa necessariamente ser morto? Há chances de ele sobreviver fora do útero? A decisão de abortar não está sendo precipitada?

“Meu corpo, minhas regras” ou “Universo de Deus, regras de Deus”?

Deus é o Criador. Só Ele tem o poder e a autoridade de conceder vida. No universo de Deus, as criaturas não ditam as regras. Elas podem até pensar que estão com as rédeas na mão, mas o fato é que não estão. É interessante que, quanto ao corpo da mulher, ela não tem (ou não deveria ter) poder sobre ele sequer na relação com o seu próprio marido. Quanto menos tem poder sobre o seu próprio corpo no que se refere a Deus ou a outra vida que foi gerada por Deus dentro de si.

Veja o que a Escritura ensina sobre essa questão dos corpos dos cônjuges no âmbito matrimonial:

“A mulher não tem autoridade sobre o seu próprio corpo, mas sim o marido. Da mesma forma,

o marido não tem autoridade sobre o seu próprio corpo, mas sim a mulher.” (1 Coríntios 7:4)

Não tem autoridade. Este é o ensino bíblico. Cada pessoa é como um mordomo que recebeu bens de Deus para cuidar deles e servir ao outro por meio deles. O corpo é um desses bens, que é nosso de certa perspectiva – está sob nossa autoridade e cuidado – mas, em última instância pertence a Deus. À luz da Bíblia, num relacionamento entre marido e mulher, a autoridade sobre o próprio corpo pertence sempre ao outro. Quanto mais esse princípio se aplica com a questão da concepção.

Este é o ensino de Jó, em certa passagem: *“O Espírito de Deus me fez, e o sopro do Todo-poderoso me dá vida”* (Jó 33.4). Aprendo, aqui, que a vida que flui em minhas veias e meus ossos é doada por outro, pelo meu Criador. Jó também diz: *“Na sua mão está a vida de todo ser vivo, e o espírito de todo o gênero humano”* (Jó 12.10). É por isso que os cristãos e a tradição ocidental, formada sob os princípios e valores cristãos, defendem que homicídio e suicídio não são apenas crimes, mas são, ambos, pecados. Porque é prerrogativa de Deus e apenas dele, como Criador, dar e tirar a vida inocente. Os corpos dos seres humanos foram criados e permanecem vivos por causa Dele.

Paulo declara:

“Pois nele vivemos, nos movemos e existimos” (Atos 17:28)

À luz da realidade bíblica, fica muito claro que o aborto é uma afronta à autoridade única e soberana de Deus — o Doador da vida é também Aquele que a tira. O aborto, a exemplo do homicídio e do suicídio, “afirma” que o ser humano é quem controla a vida e a morte. Contudo, apenas Deus, o Criador, tem o direito de determinar quando alguém vive ou morre; portanto, o aborto representa uma investida direta contra a Sua autoridade.

A relação entre as autoridades e o que os cristãos creem sobre o aborto

A função fundamental das autoridades, segundo a Escritura, é promover o bem. E o governo faz isso ao criar e promulgar leis que recompensam o bem e punem o mal. Quando falamos que o governo deve punir o aborto e manter sua definição como crime, muita gente diz: “Não cabe ao governo legislar sobre a moralidade”. Esta frase sofreu uma estranha evolução no seu significado. A expressão originalmente significava que o comportamento de uma pessoa não pode ser automaticamente alterado pela simples aprovação de leis; a legislação não impede as pessoas de fazerem o que estão

determinadas a fazer. No entanto, o significado contemporâneo da frase é que é errado ou ilegítimo promulgar legislação que restringe o comportamento moral. Trata-se, porém, de um falso argumento, e sabemos disso.

O Estado não apenas tem o direito, mas a responsabilidade de legislar em assuntos morais. O Estado deve dizer com todas as letras que roubar, mentir, matar e uma série de outras coisas são erradas. Isso faz parte do fundamento do seu propósito. O governo impõe a moralidade às pessoas diariamente, e isso é bom. Praticamente toda a legislação governamental tem ramificações morais. É uma questão moral se as pessoas estão autorizadas a roubar a propriedade privada de outros. O homicídio é uma questão moral. Como se conduz um carro na autoestrada tem implicações morais, porque uma condução imprudente representa um perigo claro e presente para o bem-estar de outras pessoas. As considerações ecológicas na legislação têm implicações morais. A lista poderia continuar quase indefinidamente. Argumentar que o Estado não deve legislar o comportamento moral é tolo e irrefletido.

Talvez a intenção da frase “não cabe ao governo legislar sobre a moralidade” é que o governo não deve interferir em

assuntos de moralidade privada — nesse caso, se faz diferenciação entre moralidade privada e moralidade pública. Constantemente ouvimos apelos de que o governo deve ignorar o comportamento privado dos adultos que consentem. No entanto, no momento em que as ações dos adultos que consentem acabam envolvendo outra pessoa, o assunto deixa de ser privado e, por definição, torna-se público, e passa a dizer respeito à sociedade. Uma vez que a questão do aborto envolve, no mínimo, o destino de um potencial ser humano e não apenas o dos adultos que consentem, esta é uma questão social e pública.

Uma preocupação fundamental da lei é a proteção dos fracos contra os fortes e poderosos. Tal fraqueza é vividamente visível na total impotência do bebê por nascer. Os nascituros não têm direito de voto, por exemplo, e nenhum poder físico para evitar a sua destruição. Para que os seus interesses possam ser respeitados e protegidos, isto deve acontecer através das ações de adultos em geral e pelo governo em particular.

Outros dizem: “Não é papel do governo tirar o direito de escolha das pessoas”. Contudo, esse é, sem dúvida alguma, o papel do governo. Roubar não é uma escolha: se você roubar, haverá consequências. Você não pode escolher fazer uma

série de coisas contrárias à lei, e é bom que o governo tenha criado essas leis. Se todos escolhessem fazer o que bem desejassem, o resultado inevitável seria a anarquia. Se todos decidissem praticar o bem segundo suas próprias convicções e opiniões, o resultado seria o mesmo. Lembremos que Hitler e outros assassinos acreditavam e defendiam a ideia de que estavam fazendo o bem ao assassinar muitas e muitas pessoas. É por isso que o governo deve implantar freios que possam parar pessoas que tomam essa direção.

É tolice moral e suicídio cultural dizer que o governo não deveria tirar o direito de escolha das pessoas. O que importa é o que exatamente queremos escolher. Alguém deveria ter o direito de escolher comida mexicana ou chinesa para o jantar, ou o direito de escolher onde morar, ou que tipo de carro dirigir, onde trabalhar, etc. É claro que somos a favor da liberdade de escolher essas e milhares de outras coisas — não somos a favor de um Estado grande, intervencionista, que burocratiza tudo. Contudo, não somos a favor do direito de alguém escolher estuprar alguém. Não somos a favor do direito de escolher roubar alguém. Não somos a favor do direito de alguém escolher sequestrar crianças. Por que deveríamos, então, ser a favor do direito de alguém de escolher matá-las?

Estas duas questões são noções ridículas sobre o papel do governo. Se fosse aplicada de forma consistente, o governo promulgaria muito pouca legislação. Talvez o Congresso pudesse passar o seu tempo a debater as cores da bandeira ou a nomear uma ave nacional oficial.

Se você é cristão, peço-lhe que fique longe da trilha da indecisão que diz “eu posso escolher não abortar, mas não acho que devemos impedir as outras pessoas de fazer sua própria escolha”, e compreenda como é inconcebível para nós permanecermos quietos enquanto milhões de crianças — indivíduos feitos à imagem de Deus — são desmembradas, derretidas, ou envenenadas, enfim, destruídas à nossa volta no mundo todo. Esse pensamento não é de tolerância esclarecida. É indiferença pecaminosa. Não há opção de neutralidade moral e política para nós nesse ponto.

Randy Alcorn foi muito feliz quando disse:

“Endossar ou mesmo permanecer neutro diante do assassinato de crianças inocentes criadas à imagem de Deus é inconcebível nas Escrituras, foi inconcebível para os cristãos na história da igreja e deveria ser inconcebível para os cristãos de hoje. Não temos autoridade ou autonomia para escolher de quais questões

trataremos e sobre quais nos calaremos, a despeito do que a Bíblia declara sobre elas. Se cremos no evangelho, temos de falar contra a injustiça do aborto.”

Deus não é apenas o Juiz dos pais que consentiram com o aborto, dos médicos que o executaram e dos políticos que o permitiram, mas é também o Juiz dos membros da igreja e dos líderes que nada fazem a esse respeito.

Uma questão de saúde pública – por que uma sociedade não cristã deveria seguir o ensino cristão sobre o aborto?

Em uma sociedade democrática e pluralista, na qual seus membros professam os mais diferentes e divergentes credos religiosos e não religiosos, todos têm o direito de presumir e defender em público o complexo conjunto de crenças a respeito de Deus, Natureza, Sociedade e Homem. A religião, em sociedades secularizadas, é reduzida ao foro íntimo, à vida privada e tem baixíssimo prestígio quando associada a dilemas morais públicos. Quem postula um posicionamento público a respeito de algum assunto que esteja baseado na religião é visto como intolerante e dogmático. Mas, na verdade, todos presumem e não têm como escapar de uma referência teórica e teológica, todos possuem uma cosmovisão, e o caso é que

sempre haverá um “pano de fundo” por trás de cada coisa que as pessoas defendem – ninguém é neutro.

O debate sobre a separação entre a Igreja e o Estado sempre foi intenso. Batalhas legais têm sido travadas sobre o ensino da criação nas escolas públicas, a exibição de símbolos de Natal em edifícios públicos, a oração antes dos jogos de futebol, e uma série de outras questões relacionadas com o Estado e a Igreja. Certamente os protestos das instituições religiosas e das pessoas religiosas contra a legalização do aborto alimentaram as chamadas desta controvérsia.

Basicamente, a separação da Igreja e do Estado significa que estas duas instituições desempenham funções distintas e separadas. Não é tarefa da Igreja providenciar a defesa nacional ou portar armas. De outro lado, não é tarefa do Estado administrar os sacramentos ou pregar o evangelho. Cada instituição tem um papel distinto a desempenhar. Idealmente, estes papéis devem ser desempenhados com respeito mútuo e cooperação. O Estado deve assegurar que a Igreja tenha a liberdade de desempenhar a sua missão, e a Igreja deve apoiar o Estado no cumprimento da sua missão. Esta separação nunca se destinou a tornar-se numa rivalidade de poder e controle.

Há momentos em que as duas instituições devem interagir. Por exemplo, se a Igreja é culpada de apropriação indevida de fundos, o Estado tem o direito e o dever de se envolver. Do mesmo modo, se o Estado se envolver em ações injustas, a Igreja tem o direito e o dever de exercer uma crítica profética em relação a isso.

Em seguida, devemos ter em mente de que qualquer adepto de uma instituição religiosa está envolvido em ambas as esferas – a religiosa e a do Estado. Porque uma pessoa é cristã, judia, ou muçulmana, não é automaticamente afastada do Estado. De fato, mesmo que uma pessoa seja ordenada ao sacerdócio, ainda é capaz de se candidatar a cargos públicos. No entanto, uma pessoa religiosa não tem o direito moral de utilizar a arena política para interesses particulares se esses interesses forem injustos.

Qual é então o papel apropriado para as pessoas e igrejas que desejam contestar as leis sobre o aborto? Ora, quando a Igreja apela ao Estado para que proíba o aborto, não se está a pedir ao Estado que estabeleça uma religião. Nem está a ser pedido ao Estado que seja a Igreja. A Igreja está simplesmente a pedir ao Estado que seja o Estado. Se é o papel do Estado proteger, sustentar e manter a vida humana, e se é a convicção da Igreja de que o

aborto envolve a destruição da vida humana, então a Igreja tem o direito de chamar o Estado a proibir o aborto. A Igreja não está a pedir ao Estado que batize pessoas, mas que proteja as vidas dos seres humanos que ainda não nasceram.

De uma perspectiva teológica, o aborto é uma questão de “graça comum”, ou seja, envolve o bem-estar comum da humanidade. Quando a Igreja encoraja o Estado a ajudar aqueles que sofrem de uma catástrofe natural como um furacão ou um terremoto, a Igreja está a pedir ao Estado que ajude na causa comum de satisfazer as necessidades humanas. Embora os cristãos e as igrejas possam, por vezes, ultrapassar os limites, intrometendo indevidamente as suas preocupações religiosas

na esfera pública, não creio que seja este o caso do aborto. Não há maior arena de graça comum e preocupação comum do que a vida humana.

Para além disso, a religião cristã teve um peso importante na formação do nosso sistema filosófico e jurídico e não deve ser colocada de lado só porque o opositor do aborto não professa o cristianismo. Noções como as de pessoa e estado laico, tão importantes para essa discussão, entraram no vocabulário filosófico e jurídico inspiradas pela tradição teológica cristã. Goste-se ou não do cristianismo, trata-se de um património filosófico e jurídico impossível de se contornar.

REFERÊNCIAS (CITAÇÕES COMPILAÇÕES DE TRECHOS):	BIBLIOGRÁFICAS INDIRETAS E
--	----------------------------------

ANDERSON, Kerby. *Christian ethics in plain language* (Thomas Nelson, 2005), p. 38, citado em KAISER JR., Walter C. *O Cristão e as questões éticas da atualidade* (Vida Nova, 2015), p. 137.

PLATT, David. *Contracultura* (Vida Nova, 2018).

RAZZO, Francisco. *Contra o Aborto* (Record, 2017).

RAMSEY, Paul. *Fabricated man: the ethics of genetic control*. New Haven, Conn.: Yale Univ. Press, 1970. p. 11. Citado em STOTT, John. *O cristão em uma sociedade não-cristã* (Thomas Nelson Brasil, 2019).

SPROUL, R. C. *Abortion: a rational look at an emotional issue* (Ligonier Ministries; Twentieth Anniversary Edition; 2010).

Thanatos – Medo da morte e ressurreição



Natanael Pedro Castoldi, 29 anos, possui formação básica em teologia pelo antigo Projeto ATOS (2011), no Janz Team Gramado, e é psicoterapeuta graduado pela Universidade do Vale do Taquari – Univates, com atuação na clínica privada e experiência na Saúde Pública. Possui publicações acadêmicas na área da Educação, em Ensino e Aprendizagem, através de um programa de iniciação científica da Univates, além de ter sido monitor de alunos com necessidades especiais para as graduações e os técnicos da mesma instituição (2016-2021). Tem liderado o Ministério de Aconselhamento Pastoral pelo Teach Beyond Brasil. Serve na Igreja Comunidade Cristã de Encantado/RS e mora na cidade de Lajeado/RS com sua amada esposa Gabrielle Castoldi.

"A carência de veículos socialmente eficazes para dar sentido à morte, simbolizá-la e reconduzir a energia instintiva da fuga para a ação construtiva, tem culminado num adoecimento nervoso e mental generalizado."

"De todas as coisas que movem o homem", diz a sinopse da obra-prima de Ernest Becker (1995), "uma das principais é o seu terror da morte." Encontrada nos pavores noturnos, nos pesadelos, na busca instintiva por ameaças e até mesmo nas fobias menores, como o medo de baratas, a sombra da morte se levanta como um vulto e recobre quase todas as frestas e todos os cantos da vida humana, interior e exterior. A descoberta cognitiva da morte na infância, com a perda de um animalzinho de estimação, o falecimento de um ente querido ou o próprio desconforto com a ideia de que algo como uma estrela morre, exerce um impacto sobremodo notável na formação da personalidade, porque permite com que aqueles primitivos instintos de autopreservação, que o bebê apresenta desde o próprio processo de seu nascimento, quando luta para sobreviver, cheguem à consciência e sejam absorvidos

como informação vital. Quando a possibilidade da morte se instala na psique infantil enquanto resposta para medos outrora inconscientes, dali jamais sairá, exceto pela via de negações megalomânicas, de caráter psicótico. Todavia, em situações consideradas normais, o ímpeto para viver estará para sempre casado com a lembrança, ainda que sutil, de que o pior pode acontecer. Digo-o economizando palavras, já que sei que o leitor sabe exatamente do que estou falando.

Tal medo, por conseguinte, insta na própria matriz da sociedade humana, porque está na gênese daquilo que Becker (1995) define como sendo a espinha dorsal de todas as culturas: o heroísmo. Para ele, o heroísmo, que é a realização individual de atos de valor socialmente prestigiados, nasce de um certo narcisismo orgânico

infantil, baseado na busca por um lugar seguro, e daquele amor-próprio tão visceral que a criança nutre e que é a condição mesma de sua sobrevivência. Uma vez que essas precondições são universais, é inevitável que a cultura humana as espelhe em sua religião, em seus costumes e em suas instituições: ela será, sempre e em todo o lugar, um mítico sistema heróico, que coleciona figuras heróicas exemplares, sempre ligadas à fundação de aspectos da vida comum (ELIADE, 2010), para fornecer exemplos imitáveis que, encarnações de tudo quanto é importante na psique coletiva, fornecem a oportunidade para cada indivíduo adquirir um senso de valor e desenvolver um senso de pertencimento, de possuir um lugar destacado no palco do Mundo e da Comunidade. De fato, todas as pessoas querem se sentir socialmente úteis e importantes, e o fazem, cada uma ao seu modo, abrindo um lugar para si, de onde pretendem mostrar aos demais, pelas suas obras, a importância que dão ao homem. Para Becker (1995), esse ímpeto está por detrás das catedrais, dos totens, de edifícios que rasgam o céu e das famílias que se engajam na continuidade transgeracional. Todas essas obras anunciam a busca pela criação de valores duráveis e de desafios à natureza, que sobrevivam à morte e à degeneração, e pelas quais seus criadores sentem que podem ser imortalizados.

Nisso tudo está um rastro de heroísmo, porque heróico é aquilo que, pela astúcia e coragem, enfrenta, engana ou retorna da morte. Não é preciso argumentar que o gesto heróico, por combater e vencer o que há de mais terrível, toca facilmente todas as sensibilidades e arrebatava o espírito, então embebido de esperança.

Assim, paradoxalmente, o ímpeto humano de desafiar aquilo que lhe é mais assombroso bebe da fonte dessa mesma sombra: quanto maior for o medo da morte, tanto mais elevado será o seu vulto, de maneira que mais nobre e socialmente relevante será a obra que o confronto.

Todo o arrazoado acima serve tão somente para sustentar o ponto de que o medo da morte está na base mesma da maior parte das realizações culturais humanas e permeia, em maior ou menor grau, todos os átomos da infraestrutura da psique coletiva, porque acontece, primeiro, dentro de cada uma das pessoas do Mundo. Por isso, o acesso a meios culturalmente consolidados para nomear, dar significado e propósito para a morte é uma das necessidades mais vitais para a saúde mental e para o desenvolvimento da personalidade. Veja bem: não há modos de o indivíduo inventar seu próprio caminho de “superar a morte” – ele sempre dependerá da assimilação daquilo que seja

valeroso para os seus pares, cujo feedback afirmará algo a respeito de seu heroísmo. Sem tais recursos, ou se os mesmos não forem satisfatórios, o sujeito, sob a pena de sucumbir internamente e de fragmentar sua psique num terror indomável e inabarcável, optará pela fuga constante, baseada, não raro, no entorpecimento da mente pelo excesso de atividades distrativas, de entretenimento ou do consumo de certas substâncias, quando não preferir realizar contra si a fuga última e derradeira, que é escapar do medo da morte pela própria morte.

Segundo Becker (1995), é exatamente esse o problema com o homem moderno. Nas culturas tradicionais, nas quais havia o que ele chama de crenças compartilhadas e parcializadoras do Mundo, a realidade derredor era tornada compreensível, porque reduzida a um emaranhado de crenças: as pessoas sabiam a respeito da causa, do propósito e do destino do Mundo, de sua comunidade e de suas vidas individuais. Viviam naquilo que Berger e Luckmann (2012) denominaram de comunidades de destino, assentadas numa certa homogeneidade de crença, reguladora da vida em comum: a identidade e o valor do indivíduo estavam dados no instante de seu nascimento, porque seu nome estava atrelado à aldeia, à família e à profissão familiar, além de estar previsto que futuramente

casaria com alguém da vizinhança, que compartilhava dos mesmos valores. Nesse cenário, havia pitadas de heroísmo em cada partícula da vida, já que na trama de um Mundo cheio de significado, cada ato humano, tendo sido inaugurado por um herói fundador e exemplar, era socialmente prestigiado. O carpinteiro se espelhava em Cristo, a mãe se espelhava em Maria, o pastor sabia que era digno da visita dos anjos, e todos aqueles que estavam ao seu redor também o sabiam. E esses eram meios de solver, através de valores compartilhados e impregnados de sentido, algo do medo da morte, já que cada um encontrava um lugar seguro e desejável na vida, ligado a um forte senso de propósito. Além disso, pelo drama da liturgia, apresentada rotineiramente no culto da comunidade, se fornecia ao homem pré-moderno um itinerário para a sua alma, uma estrutura de ação no Mundo, uma imagem de sua peregrinação espiritual até Deus, por meio de Cristo, cuja imagem do sacrifício tornava a morte mais digna e cuja ressurreição anunciava o galardão eterno. A essa peregrinação da alma podemos chamar de jornada: a perspectiva escatológica de redenção intensificava a importância de cada momento vivido e sobrepujava a sombra da morte, que deixava de ser o limite da existência.

Na vereda do Iluminismo, prossegue Becker (1995), as tradições e as crenças compartilhadas foram aniquiladas pela crítica “racional” e pelo Método: a verdade estava, agora, apenas naquilo que sobrevivesse ao teste da “razão” e da experimentação metodológica – noutros termos, ao racionalismo e à ciência. Desde Galileu, de fato, o Mundo foi desencantado e transformado num maquinário impessoal, sem profundidade simbólica, de maneira que as coisas que estão sobre a Terra, e a própria Terra, deixaram de espelhar verdades eternas e transcendentais (BORELLA, 2021). Com o Mundo tornado opaco e aquilo que era socialmente valoroso posto sob júdice, as pequenas ações da vida deixaram de portar heroísmo e grandeza, sentido e pertinência. Ocorreu, então, um movimento de inversão: as crenças compartilhadas e parcializadoras do Mundo, julgadas produto da ignorância popular, já não mais serviam para dar sentido à vida individual e o sujeito precisou procurar significado exclusivamente dentro de si próprio, inclusive porque passou a se apavorar com o que o Mundo ao redor, já não mais simplificado pela crença, revelou: uma massa esmagadora de fenômenos aleatórios, impessoais e hostis. Nasce, assim, o chamado “homem psicológico”, voltado para um “eu mágico” que procurará recapitular dentro

de si os mitos que antes davam sentido ao Mundo, função muito bem assumida pela oferta psicanalítica em sua forma popular: há uma Cosmogonia do “eu” na criança primitiva; há uma Queda ocasionada pela imposição dos arbítrios paternos, decorrendo numa repressão daqueles impulsos originários, naturais e essenciais; há uma Teogonia, que é o encontro analítico e o enfrentamento dos aspectos repressores assimilados pela psique; e há uma Redenção, uma Ressurreição, baseada na reconquista ou na construção de um suposto “eu autêntico”, retirado da profundidade do Inconsciente, ou seja, de dentro de si, e não de fora (ILLOUZ, 2011). Na teologia, tal vereda aparecerá, por exemplo, no empenho antimitológico de Bultmann (KOLAKOWSKI, 2021). Por isso o homem psicológico, desenraizado da comunidade, não firma mais a sua autoimagem nas lealdades estabelecidas com o meio, mas nas identidades que consegue formular a partir de seus afetos, conforme uma identificação empática com os iguais.

Essa identificação empática é também chamada de empatia anárquica. Continuando com Becker (1995), veremos que o esforço do homem moderno pela superação do medo da morte, já não mais possível pelas vias cotidianas, irá apelar para atos heróicos de

grande magnitude, que queiram alterar a face da Terra. O exemplo máximo dessa empatia anárquica está dado nas revoluções que eclodiram, no Ocidente, após o Iluminismo, a começar pela Revolução Francesa. Becker (1995) observou como essa empatia atuou no esvaziamento do Hospital para Doentes Mentais de Salpêtrière, em Paris – todos os asilados se engajaram no fervor revolucionário. É à falta de sentido do homem moderno que nosso autor irá atribuir a eclosão de revoluções contínuas no nosso hemisfério, que nós podemos encontrar atualmente nas diversas ideologias e militâncias de mesma índole, porque elas também são fruto da perda da Transcendência (KOLAKOWSKI, 2021).

Mas não é apenas no processo revolucionário que se engaja o homem moderno em busca de sentido: ele vai às raias do insuportável para galgar os mais altos patamares em profissões de destaque, coleciona experiências de conquista amorosa, se contorce de angústia pensando no bem de consumo da última moda, que precisa adquirir, se vira e revira atrás de meios de mostrar nas redes sociais que está na “crista da onda”. Eis alguns dos meios de “enganar a morte”. Todavia, nem aqui e nem na revolução, esse apetite é satisfeito. Não há em nenhuma dessas coisas um nível de transcendência

compatível com as crenças antigas, de maneira que o Mundo não se torna automaticamente palatável. Essa vereda, ainda, jamais performa um lugar estável e uma cotidianidade satisfatória e significativa em si mesma: é imperativo estar sempre em movimento, engajado na última atualidade, para garantir a admiração dos demais. Fatalmente, tal caminho conduzirá ao esgotamento nervoso, devido à hiperestimulação e à ansiedade crescentes, dando numa sensação final de incapacidade, de inutilidade e de ilegitimidade (BACKER, 1995), porque a psique não permite que a pessoa engane a si mesma por demasiado tempo: a autoexigência excessiva, ao nível da perfeição, para o desempenho maximamente heróico, que vise compensar a falta de sentido e garantir o apreço dos demais, é impraticável, de modo que se somam frustrações e cresce o sentimento de não pertencimento. Nessa hora, a morte ganha relevo e a sua presença não pode mais ser despistada, daí a desesperança e o encadeamento depressivo, conforme meu artigo antepenúltimo, sobre depressão. Por isso, repito: não há meios sustentáveis de o indivíduo criar seus modos particulares de “superação” da morte – o único caminho viável está na comunidade.

Há aqui, contudo, um problema colossal: nossa sociedade atual, desligada do éthos do destino comunitário e feita pluralista (BERGER; LUCKMANN, 2012), não suporta mais crenças compartilhadas e parcializadoras do Mundo, porque não há mais vizinhos que sustentem o mesmo sistema de valores e de “verdades”. Num ambiente tal, também não pode haver instituição que facilite, por meio de ritos em comum, a satisfatória e significativa inserção do indivíduo na comunidade, assim como meios socialmente valorizados de dominar o medo da morte, revertendo-o em atividade produtiva. Não existem mais ritos de passagem, que introduzam adequadamente a criança no Mundo, o adolescente na vida adulta e o idoso jacente no bom morrer. Desamparadas, as pessoas ficam a sós com suas tremendas angústias e disponíveis às ofertas de sentido, quaisquer que sejam – e, infelizmente, hoje elas vêm do Mercado e da Política, via Mídia. Ao redor daquilo que é vendido como valoroso e significativo, se aglomeram e começam a girar, e, como estamos falando de Mercado, as ofertas de sentido esgotam, se fazem obsoletas, se acumulam e são substituídas cada vez mais rápido, assim como as ofertas políticas, porque Política é, ao fim e ao cabo, inteiramente ação (VAZ, 2000). Some isso aos alardes

mediáticos, que são metralhados e martelados na cabeça dos espectadores e leitores, porque os seus veículos lucraram com o sensacionalismo e com o fluxo ininterrupto de informações, e terá diante de ti uma solução ácida, corrosiva para o corpo e o espírito. Assim, os valores de nosso tempo não podem mais ser estáveis e estabilizadores: estão ligados tão somente à novidade, sempre mais acelerada, em torno da qual vão se formando tribos urbanas de matiz identitário e de afetos inflamados, e, consequentemente, fluídos.

Já sem recursos eficazes para simbolizar e significar adequadamente a vida e a morte, porque carente de comunidade e imerso no consumismo da cultura de massas (MORIN, 1969), o homem moderno foi submetido a um processo de décadas de bombardeamento midiático e feito viciado em anúncios cataclísmicos e apavorantes, que tornaram mais próxima, ameaçadora e provável a ocasião da morte pessoal e geral. Sempre tenso, o homem contemporâneo foi sendo hipersensibilizado e, a todo instante no limite do colapso emocional e mental, se tornou sugestível. Morrendo de medo da morte, que passou a imperar desnudada e perenemente no seu horizonte, a cada nova previsão de colapso global se vê mais suscetível de clamar por qualquer promessa de

salvação, já não mais necessariamente apostando em ele ser o herói, porque desamparado de si mesmo e desejoso de ser resgatado. É a isso que Agamben (2020) chamará de vida nua, e é esse o seu diagnóstico para o desespero generalizado dos ocidentais à midiatização da pandemia que eclodiu em 2020 – porque rapidamente abriram mão de todos os valores, de todos os costumes, de todas as tradições e de todos os princípios, depositando a totalidade da vida individual e comum nas mãos da burocracia e dos especialistas salvíficos. Isso só é explicável pelo medo descontrolado. E isso torna a capacidade de gerar medo para depois ofertar salvação, um dos principais meios de poder político e social em nossa época (MALGO, 1999).

A carência, por conseguinte, de veículos socialmente eficazes para dar sentido à morte, simbolizá-la e reconduzir a energia instintiva da fuga para a ação construtiva, tem culminado num adoecimento nervoso e mental generalizado. Sobrada a vida nua, mais gritante e urgente do que a sustentação de qualquer significado existencial mais amplo, fica em primeiro plano a mera sobrevivência biológica, ela mesma transformada no valor máximo. Assim, as pessoas cada vez mais têm lutado para imortalizar os corpos através de exageros vigoréticos,

querendo reproduzir a saúde física perfeita mesmo às custas da saúde mental, e têm se entregado, sempre mais, a toda a sorte de medicamentos amenizadores das dores, sejam físicas ou emocionais, para fugir do sofrimento e da lembrança da mortalidade. Daí o alastramento da hipocondria, cujo sintoma mais visível, enquanto enfermidade social, é o alastramento desproporcional de farmácias. Daí, também, a epidemia de obsessões, que são pensamentos intrusivos baseados em algum tipo de medo aniquilatório, e das consequentes compulsões, que são pequenos rituais apaziguadores, pelos quais se procura verificar e certificar de que o pior não aconteça – a exemplo de quem precisa aferir, religiosamente, três vezes se a porta está trancada, com isso validando e reforçando os pensamentos obsessivos. Não é contraintuitivo considerar que esses rituais particulares sejam formas adoecidas de a psique individual compensar a falta de rituais socialmente compartilhados. Eis a tanatofobia e as suas manifestações.

Para o encaminhamento das conclusões desse artigo, convém retornarmos ao meu artigo penúltimo, sobre ansiedade, para tecermos novas aplicações e discorrermos sobre algumas possibilidades apaziguadoras. Conforme Hanson e Hanson

(2019), nosso cérebro atua em três camadas gerais: o chamado cérebro réptil, correspondente ao tronco cerebral, está ligado aos instintos mais primitivos de autopreservação, visando o afastamento da ameaça e a sobrevivência imediata; o cérebro mamífero, correspondente ao subcórtex, está ligado aos instintos medianos de autopreservação, visando a aproximação e a obtenção daquilo que é desejável; o cérebro humano, correspondente ao neocórtex, atua nos instintos superiores de autopreservação e doutras inclinações empáticas, que procuramos satisfazer quando ocupamos um espaço significativo no Mundo. Vê-se como a administração do medo da morte, radicado inicialmente no tronco cerebral, deve encontrar satisfação, primeiro, no suprimimento dos apetites do neocórtex: é pela sensação de segurança simbólica, pela formação de uma autoimagem estável, baseada na aceitação social e na realização de papéis valorizados pela comunidade, e sob a crença de que esses papéis têm valor em função de seu lugar num Mundo cuja imagem é sustentada por uma crença compreensiva e abrangente (KOLAKOWSKI, 1981), que tradicionalmente se lida com o thanatos. Quando, todavia, se perdem esses recursos, descemos um degrau na escala cognitiva, indo à autossatisfação pela aproximação de distrativos e

de motivos de valor momentâneos, ligados ao subcórtex. Nalgum momento, tornada insustentável essa vereda pelos motivos acima demonstrados, sobra apenas o medo mesmo, nu e cru, e os pavores emanados do tronco cerebral invadem e subjugam todas as estruturas cerebrais, pervertendo os processos superiores em cognições catastróficas e em imagens sempre aterrorizantes. Irala (1970) já demonstrou que o aumento do temor é inversamente proporcional à diminuição da consciência lúcida e do livre-arbítrio, porque o hemisfério superior do cérebro é “sequestrado” pelo hemisfério inferior e pelos seus processos involuntários (GOLEMAN, 2014). Afetando, naturalmente, o corpo inteiro, Lorenz (1974) encontrará nesse ínterim o que ele chama de “feed-back positif”, quando o sistema nervoso alterado desencadeia um processo de agitação no organismo, que se retroalimenta – os órgãos, por exemplo, se alteram, e essa alteração nos órgãos intensifica a tensão nervosa, que amplia ainda mais o seu impacto na excitabilidade geral. Cria-se, aqui, aquela condição de angústia crônica que observamos em Agamben (2020). Em termos orgânicos, a profusão de novos casos depressivos está relacionada ao mesmo processo, como consequência do excesso de angústia, porque o desgaste somático tende a aparecer primeiro num dado sistema do

corpo, que transmite um sinal de fadiga aos demais, gerando um ciclo de baixa energética e de fraqueza que se reforça circularmente até o rebaixamento geral de toda a disposição vital.

Nessa circunstância, sem a lucidez devida quanto aos recursos interiores e exteriores disponíveis para o enfrentamento da ameaça, em geral mais imaginária do que real, abandonamos as possibilidades de ação baseadas na segurança existencial, que Levine (1999) associará à inclinação humana à postura predatória, de caçador, e nos perdemos em nosso fundo operacional radicado no metabolismo da presa. É a mesma relação que Freud (2016) demonstrará nas tensões entre as pulsões de vida, que nos dá o ímpeto, baseado na confiança, de enfrentar o obstáculo de modo positivo e construtivo, e de morte, que nos conduz, mediante a falta de confiança, numa fuga do desafio, fuga essa que não faz aumentarem nossos recursos, mas decrescermos em complexidade, porque a fuga tão somente reforça a crença, muitas vezes equivocada, de que o obstáculo é realmente ameaçador e potencialmente fatal (PETERSON, 2018). Ter meios de encarar as intempéries da vida de maneira positiva e confiante é fundamental para todo o desenvolvimento psicológico, conforme se apreende em

Alfred Adler (FRANKL, 2015).

Em vista dessa prolongada exposição, não podemos carecer de alguns apontamentos curativos. Reforço que há recursos já introduzidos no supracitado artigo anterior, portanto irei oferecer outros, de matiz prático. Considere que o tratamento da tanatofobia e de sofrimentos análogos deve ocorrer sob o acompanhamento de profissionais qualificados, de psicólogos à psiquiatras, considerando, ainda, nutricionistas e demais considerados necessários. O que segue é uma caixa de ferramentas básica, que pode dar suporte às demais intervenções:

Segundo Irala (1970, p. 204), “o temor se dá quando o obstáculo se nos apresenta como insuperável”, donde procuraremos fugir dele ou evitá-lo. Como os instintos primitivos de autopreservação invadem as cognições superiores, muitas vezes os medos estão associados à distorções de perspectiva e à construção catastrofista baseada em uma imaginação desenfreada. Por isso, é razoável avaliarmos a pertinência de nossos medos, se fundados em estímulos reais e realmente ameaçadores, ou se fundados em distorções coloridas de irreabilidade e causadoras de um sofrimento desproporcional, que prejudica

o andar de nossa vida. Em razão disso, a primeira coisa a se fazer é tornar o medo o mais concreto possível em nossa mente (1): “Que coisa temo? E por quê?” (p. 207). Se notarmos que esse temor é infundado ou inconveniente, podemos decidir, a partir de seu nível de intensidade, agir no sentido contrário daquilo que ele nos pede para fazer (2): “pois se o temor tende a inibir nossas atividades, não se deve reforçá-lo com a inação mas, pelo contrário, vencê-lo pela ação” (p. 207). Uma vez definido o objeto do medo e antes de agir, havemos de refletir mais sobre o que tememos (3), nos questionando sobre “que probabilidade há que isto suceda [a catástrofe imaginada]? E se acontecer, será tão desastroso como temo?” (p. 207).

Indo mais fundo nesse combate cognitivo, é viável enfrentarmos o medo com imaginações positivas (4), por exemplo: “supondo que isto venha a suceder, não passaram outros por transe semelhantes e não conseguiram viver e ser felizes?” (p. 207-208). Todavia, para pensamentos assim assumirem maior eficácia, deve se considerar evitar os excitantes (5), que são as ideias ou imaginações pessimistas, primeiro distraindo a nossa atenção ao dirigir o foco para sensações conscientes, como os próprios passos ou a visão da ave que canta na árvore adiante, depois impondo-lhas ideias contrárias (6), por

exemplo: “Não há perigo. A probabilidade de que isto suceda é mínima. O mal que pode vir é insignificante ou traz bens maiores” (p. 208). Enfim, opondo-lhas, ainda, sentimentos contrários (7): uma vez que estou com medo, devo criar em mim uma sensação de segurança e de confiança pelos mesmos meios que me geraram o temor: “com atos intensos de valor, com vivências ou recordações fortes de segurança, com palavras e até com o tom” (p. 208), porque “um ato de heroísmo pode curar para sempre um tímido” (p. 208). Considero aqui, voltando para Hanson e Hanson (2019), que a área do cérebro que é ativada quando recuperamos memórias, é a mesma que está “ligada” na experiência ativa, quando vemos o Mundo ao redor, por isso relembrar é como reviver o passado no tempo presente, de sorte que é inevitável que se sintam a emoção impregnada na memória, aquela que foi sentida na experiência original. O mesmo se aplica às imaginações curativas, aos refúgios mentais inventados.

Seguindo o mesmo escopo da *Somatic Experiencing* de Levine (1999), Irala (1970) prossegue sugerindo que, uma vez gerada essa sensação de segurança e de confiança a partir da recuperação de memórias boas, pode-se associá-la à emoção e ao objeto do medo (8), criando uma ponte entre dois conjuntos neuronais, para que passem a

dialogar. Nessa hora, posso imaginar-me “dominando a situação e afirmando-o com o tom seguro de voz” (p. 208), o que favorecerá uma diminuição da atividade mental ligada ao medo e ao seu objeto. Caso eu deseje potencializar essa experiência de confrontação, devo considerar observar e parar a angústia muscular (9), porque um corpo inseguro tende a assumir formas musculares e nervosas mais tensas, de maneira que a própria tensão física anuncia à psique que a ameaça é presente, mantendo a espiral circular do medo, conforme vimos a respeito do “feed-back positif”. Por isso, para produzir um alívio emocional e diminuir o medo, é oportuno identificar quais áreas do corpo estão mais tensas e aliviá-las por meio de alongamentos, massagens e exercícios físicos, já que o próprio alívio corporal tenderá a estimular um relaxamento das emoções. Para fechar o pacote, de maneira a reforçar os instrumentos anteriores, convém assumir uma expressão que seja inversa à do medo (10): “de olhos não muito abertos e fixos, que indicariam temor, mas sim, de olhar seguro e suave; de uma voz mais profunda e firme, apoiando-a no ar que sai e não na garganta; e de uma respiração mais profunda e lenta” (pp. 209-210). Similar ao que diz Peterson (2018) quando defende a postura confiante como um antídoto para a falta de confiança e ao

que diz Bernardin (2012) quando advoga que a mudança de comportamento, quando contrário à crença sobre si mesmo, gera uma dissonância cognitiva que tenderá a favorecer uma mudança na crença, para que ela se alinhe ao comportamento.

Veja bem: medos tais, apoiados em processos cognitivos distorcidos e sustentados por crenças profundas a respeito da própria vulnerabilidade, tendem a ser suprimidos, em maior ou menor grau, a partir de processos de reestruturação cognitiva assentados em diálogo socrático, que contesta as próprias crenças (*ferramentas* 1, 3-6), e em comportamentos de enfrentamento (*ferramentas* 2, 7-10). Com o tempo, e esse trabalho não é mágico, as coisas tenderão a uma homeostase, a um equilíbrio adaptado e compatível com as possibilidades e as circunstâncias do indivíduo, que, então, estará mais preparado para se reinventar criativamente a cada novo desafio imposto pela natureza da vida humana e do Mundo no qual habita. Evidentemente, para que se engaje numa tal empreitada de autocuidado, que provavelmente o acompanhará por muitos anos, senão pelo resto de seus dias, o sujeito precisará redefinir seu horizonte existencial, assumindo uma narrativa significativa, parcializadora e

ordenadora do Mundo, dentro da qual encontre valor na própria existência e nos seus atos terapêuticos e cotidianos, porque só uma perspectiva assim abre as possibilidades da autotranscendência, que é a capacidade de se sentir engajado numa jornada da qual possam participar todas as etapas do trabalho de cura, na qual sejam inseridos todos os processos biográficos e pela qual se possa superar a autorreferência das estruturas física e psíquica, impedindo que antagonizem entre si e engajando-as num todo vocacional maior (FRANKL, 2016), para o qual possam dirigir e fazer sublimar seus ímpetos. O começo dessa nova vida, atente para isso, está no reencontro da comunidade, no reingresso na vida em comum, num contexto social de pequena escala que saiba ofertar crenças compartilhadas de alta relevância, experimentadas em hábitos, ritos e liturgias de uso comum. Onde está a tua comunidade nesse Mundo de massas? Lá onde ela estiver, é onde estará a matriz de teu renascimento.

NOTAS

AGAMBEN, G. *Reflexões sobre a peste*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BECKER, E. *A Negação da Morte*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BERNARDIN, P. *Maquiavel Pedagogo*. Campinas, SP: Ecclesiae, 2012.

ELIADE, M. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRANKL, V. *O Sofrimento de Uma Vida Sem Sentido*. São Paulo: É Realizações, 2015.

FRANKL, V. *Psicoterapia e Sentido da Vida*. São Paulo: Quadrante, 2016.

FREUD, S. *Compêndio de Psicanálise*. Porto Alegre: L&PM, 2016.

GOLEMAN, D. *Foco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

HANSON, R.; HANSON, F. *O Poder da Resiliência*. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

ILLOUZ, E. *O Amor nos Tempos do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IRALA, N. *Controle Cerebral e Emocional*. São Paulo: Loyola, 1970.

KOLAKOWSKI, L. *A Modernidade Em Um Julgamento Sem Fim*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

KOLAKOWSKI, L. *A Presença do Mito*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

LEVINE, P. A. *O Despertar do Tigre*. São Paulo: Summus, 1999.

LORENZ, K. *Civilização e Pecado*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

MALGO, W. *Medo, Problemas, Depressões, Desespero*. Porto Alegre: Chamada da Meia-Noite, 1999.

MORIN, E. *Cultura de Massas no Século XX*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

PETERSON, J. *12 Regras Para a Vida*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

VAZ, H. C. L. *Experiência Mística e Filosofia na Tradição Ocidental*. São Paulo: Loyola, 2000.

O cristianismo de mente vazia e seus efeitos

"Na Teologia Liberal, Cristo não é salvador, mas é exemplo a ser seguido. Não se fala em milagre, ressurreição, mundo vindouro, céu ou Inferno. Tudo o que Cristo fez foi ensinar sobre a paternidade de Deus."



Leclerc Victor é teólogo, fundador da *Oficina da Palavra* e membro da comunidade Verdade e Graça (RJ).

Você consegue pensar sobre as informações que recebe? Consegue aplicar o conhecimento adquirido com reflexão? É impossível falar desse tema e não lembrar de tantos alunos e amigos que, em meio a aulas e palestras, diante de questões e conceitos bíblicos essenciais disseram: “É muita informação...”; ou ainda: “Mas, professor, isso é realmente necessário? O

Evangelho é simples. Jesus é simples...”

Pode ser um apenas um recorte, admito. Mas, reflete com propriedade a realidade de muitas igrejas evangélicas. Milhares e milhares de homens e mulheres que decidiram navegar na calmaria das águas mornas, curtindo o “abraço” quente e acolhedor da mediocridade.

A mediocridade é um lugar seguro

Podemos participar de cultos e programações, assistir LIVES sem preocupação; imperceptíveis, transparentes e invisíveis. Dessa forma, encontramos a tranquilidade, sem ambição, sem ética, sem posicionamentos, sem filtros, sem nada. É como um tipo de droga que entorpece... Conseguimos manter o sorriso congelado, a “cara de paisagem” em qualquer situação. Não temos motivos pra chorar; não há perdas nem

conflitos. Não precisamos brigar nem defender ideias. Tanto faz “o que”, “quem” ou “o por quê”, pois, somos ignorantes. O importante é ter a vida própria, moralmente aprovada pelas pessoas que nos cercam. Afinal, se é possível conviver com todos, lendo, ouvindo e assistindo qualquer coisa sem dificuldade, somos felizes. O importante é ter paz no coração.

Só que esta paz tem um alto preço. Trocamos o brilho nos olhos pelo orgulho de uma vida repleta de amigos e portas abertas. Trocamos a certeza de que pisamos sobre marcas de valor que foram deixadas pelos discípulos de Jesus por templos cheios, reuniões animadas e eventos disputados.

Não é por acaso que, dia após dia, surgem novos líderes dizendo que a Bíblia não é inspirada, não é a Palavra de Deus, é apenas mais uma obra

escrita por homens. Ao mesmo tempo, se multiplicam as revelações e ensinamentos dos pastores, bispos e apóstolos eloquentes, carismáticos. Sempre alegres e otimistas, citam a Bíblia, mas também citam autores, músicas, artistas e políticos. É só reunir as palavras certas à linguagem religiosa e pronto: qualquer coisa é cristã, é de Cristo, é de Deus.

John Stott, fundador do London Institute for Christianity e autor de mais de 40 livros, demonstrou sua preocupação na obra *Crer é Também Pensar*:

“Entrega sem reflexão é fanatismo em ação, reflexão sem entrega é a paralisia de toda ação (...) o espírito de Anti-intelectualismo é corrente hoje em dia. Multiplicam-se os programatistas, para os quais a primeira pergunta acerca de qualquer ideia não é: “É verdade?” mas sim: “Será que funciona? (...) Ninguém deseja um cristianismo frio, triste, intelectualizado. Mas será que isso significa que temos que evitar a todo custo o “intelectualismo”? É a experiência que realmente importa e não a doutrina? Muitos fecham suas mentes ao fecharem seus livros, convencidos de que ao intelecto compete apenas um papel secundário... É a miséria e a ameaça do cristianismo de mente vazia.”

Sem ensino e reflexão estamos fragilizados – vulneráveis

Já que falamos de reflexão, precisamos reconhecer que o problema não é apenas de indivíduos. A questão é mais grave. Há um erro institucional histórico que nos seguiu até aqui: lideranças que serviram antes de nós falharam na formação dos obreiros; as igrejas e instituições se tornaram anacrônicas. E como resultado prático, pastores e líderes evangélicos subestimam a importância da cultura na comunicação. Enquanto alguns se preocupam demais com as questões doutrinárias, outros focam apenas em questões morais, e ambos se tornam insensíveis aos padrões de pensamento e aos comportamentos culturais das pessoas. Será que algumas palavras como: Deus, pecado e salvação despertam na mente dos ouvintes os mesmos conceitos que estão nas mentes dos pregadores?

Professores e pregadores falam da mesma forma para diferentes tipos de público, sejam crianças, adolescentes ou adultos; sejam cristãos, católicos, ateus, muçulmanos ou marxistas. Nos dirigimos às pessoas com despreparo e desrespeito, como se fossem primitivas, sem passado, sem história e sem inteligência. O que remete à ideia anacrônica de que evangelização é sempre um povo superior tentando salvar os pobres pagãos

inferiores, não civilizados e bárbaros, da perdição eterna.

Na obra *Contextualização: Uma Teologia do Evangelho e Cultura*, Bruce J. Nicholls escreve:

“O comportamento cultural não é biologicamente transmitido de uma geração para outra. Cada geração deve aprendê-lo com a geração anterior. É a soma total das atitudes e padrões comportamentais aprendidos por determinada comunidade (...) se o Evangelho apenas modifica ou muda o comportamento observável de uma pessoa ou de uma comunidade sem produzir uma mudança equivalente na cosmovisão fundamental, o nível da comunicação é superficial. De modo semelhante, incutir um novo conjunto de valores morais numa sociedade sem produzir mudanças perceptíveis nas instituições dessa sociedade é apenas uma conversão parcial.”

Com muita propriedade, ele também afirma que:

“A linha divisória entre aquilo que é indiano e o que é hindu ou muçulmano é extremamente difícil de traçar. Somente o senhorio de Cristo e a iluminação divina do Espírito Santo sobre a Palavra de Deus escrita podem guiar o crente e a igreja a fazer essa distinção. Onde não houver interação genuína entre o supracultural e a cultura nacional da comunidade cristã, pode-se duvidar seriamente se o reino de

Deus está de fato entre esse povo em qualquer sentido que seja (...) O evangelho nunca é o convidado de qualquer cultura; sempre é seu juiz e redentor”.”

Agora sabemos por que tantas igrejas ficaram anacrônicas. Perderam o sentido histórico e, de certa forma, se tornaram inúteis para Deus. Grupos fechados, como se fossem clubes; se retroalimentam com seus próprios valores e suas próprias verdades. Como se fossem mundos paralelos, encantados.

Mas, quando olhamos pela janela, o que vemos? O mundo confuso, de joelhos, sem saber como será na “pós-pandemia”. É tempo de frustração. Planos naufragaram e a convivência sob confinamento acabou revelando a verdade em muitas relações: famílias quebradas, casamentos falidos, religiosidade superficial. As pessoas estão cada vez mais dispostas a conversar sobre o significado das coisas e suas demandas; sobre vida, sobre morte, sobre fé, sobre Deus. E essa conversa será com quem? Com os evangélicos? Ora, é melhor falar sobre pecado com filósofos ateus do que ouvir o sermão de domingo na LIVE da igreja local! O sucesso dos *coachings* diz muito sobre nossa realidade. Eles conseguiram discernir o drama cultural dessa geração. Sabem como alcançar o coração do homem contemporâneo,

discutindo os seus problemas e dilemas reais.

Há uns dois anos, participei de um Congresso de Jovens numa igreja histórica. Era uma programação para jovens, mas eles não estavam lá. Os bancos estavam vazios. Poucas pessoas, entre 15 e 20 no máximo, compareceram; muitos idosos. Três noites, três reuniões vazias. No último encontro, o pastor da igreja assumiu o púlpito e esbravejou: *“Onde estão os jovens? Eles não se interessam! Querem que a igreja se adapte, que mude a estrutura e a forma de culto. Mas isso nunca vai acontecer, porque a igreja não vai ceder aos caprichos desta geração. Por que eles não estão aqui?”* Bem... Se eu pudesse falar naquele momento, diria sem vacilar: *“eles não estão aqui porque a reunião é cansativa e anacrônica: não ajuda os jovens cristãos a serem cristãos no seu próprio tempo”.*

O Evangelho é supracultural e transtemporal. Suficiente para comunicar a verdade de Deus a todo homem, em todas as culturas, em todos os tempos e em todas as organizações sociais (Mt 24.14; Jo 3.16; At 1.8). O Evangelho é a verdade e o poder de Deus, capaz de alcançar e transformar o homem em todos os níveis, inclusive o cultural (Rm 1.20; At 17.18-32; At 8). A igreja não é alienada nem alienante. Cristãos também são profissionais liberais, médicos, empresários e comerciantes

que levam Cristo onde estão (1Co 6.12-20). Quando a igreja cumpre as Escrituras torna-se testemunha de Cristo para o mundo; quando vive o que prega, quando demonstra no dia a dia aquilo que crê, as pessoas param para ouvir (Jo 14.26; 16.13-15). Mas quando a igreja não ensina, não reflete nem se atualiza, torna-se inútil no seu tempo.

O que aprendemos na pandemia? Que a boa imunidade é a principal defesa contra germes infecciosos como o vírus. Portanto, uma comunidade de fé saudável, firmada nas Escrituras, dialoga com o seu tempo e tem boa resistência. Mas uma igreja sem Palavra, sem reflexão e sem ação, não apenas falha na missão como também se torna frágil e não consegue resistir a ataques.

Este é um tema inquietante e necessário! Poderíamos falar muito sobre o despreparo das igrejas e o efeito disso sobre a missão. Mas quero, a partir de agora, chamar sua atenção para as consequências dessa “baixa imunidade eclesial”... Pior do que a própria doença, é não sermos capazes de perceber que ela já chegou, tomou conta do corpo, que estamos morrendo aos poucos. É exatamente o que acontece quando uma pessoa sente algo, vai ao médico, faz exames e descobre que uma certa enfermidade está em estado avançado... é o que acontece com a igreja

evangélica. Grita, canta e desafia os demônios. Só não consegue perceber que está adoecida, fragilizada. Há um parasita alojado no seu organismo.

O liberalismo teológico é um parasita

O que é um parasita? É um organismo que vive sobre outro organismo ou dentro dele. Depende do outro organismo para se alimentar e para outras funções que garantem sua sobrevivência. Sua vítima é um hospedeiro, quase sempre, bem maior do que o parasita. Diferentes tipos de parasita causam efeitos diversos nos hospedeiros. Alguns causam doenças, outros causam dor. Há também os que passam quase despercebidos por seus hospedeiros. No entanto, a relação básica é sempre a mesma: boa para o parasita e nociva para o hospedeiro.

O liberalismo teológico é assim. Se alimenta de igrejas e seminários, da energia e coração de homens e mulheres que amam o Senhor. Liberais não abrem suas próprias igrejas e escolas. Na verdade, estão bem aqui, entre nós. Das instituições cristãs, muitas delas conservadoras, recebem seus salários e gozam de respeito e admiração. A teologia liberal não planta igrejas, não edifica cristãos, não gera missionários, não contribui para que crentes perseverem na fé, aguardando

o encontro com Cristo. Não é cristianismo.

Alguns dizem que o liberalismo morreu; outros afirmam que não há mais liberais entre nós. Mas, não se engane. As ideias do liberalismo continuam presentes, defendidas neste exato momento nas salas de aula, canais digitais e púlpitos das igrejas; pastores, professores e teólogos minando e matando a fé.

A teologia liberal é uma ameaça que nos cerca há três séculos. J. Grechan Machen (1881-1937), professor do Westminster Theological Seminary, escreveu o livro *Cristianismo e Liberalismo* para lidar com o problema que estava em alta no começo da década de 1920 – ou seja, há 100 anos.

E não adianta insistir que: “*ser liberal é só romper com a tradição e com a hierarquia e ser desprovido de espiritualidade, frio e descrente... Desigrejado!*” Nem dizer que: “*liberal é sinônimo de libertinagem. Uma pessoa sem limites, para quem tudo é permitido...*” O liberalismo é uma doutrina que rejeita o Evangelho; possui arcabouço teológico robusto e proposta. Foi na Alemanha que a Teologia Liberal surgiu, na relação entre o cristianismo histórico e o Iluminismo, e avançou pelos séculos XVIII, XIX e XX. O Iluminismo surgiu em meio ao conflito entre o ideal científico e o ideal da personalidade. E o pano de

fundo foi a filosofia idealista que acabou se transformando nos sistemas de Fichte, Schelling e Hegel – que chamamos de liberalismo clássico.

Kant escreveu sobre a transcendência como dicotomia entre liberdade e natureza. Ou seja, a experiência transcendente só é válida se compreendida por pressupostos naturais e pela capacidade humana. Para ele, o lugar da religião é na mente humana. É o homem que cria para si normas e regras para viver, reduzindo a religião ao “querer moral”. Depois dele, Fichte declarou que a religião é ideia racional baseada no querer livre do ser humano, e, a partir desse contexto, surgiram aqueles que desenvolveram o sistema de ressignificação do cristianismo – a racionalização.

Para Lessing, há um abismo entre a razão e a fé. E Von Herder escreveu que a Bíblia utiliza linguagem poética. Ou seja, comunica a verdade através de símbolos. Esse é o caminho pra atravessar o “abismo”. O humano, natural, como simbólico do eterno, do divino.

Bauer e Wellhausen deram início àquilo que chamamos de “alta crítica” – a análise histórica e dialética das Escrituras. E Strauss avançou ainda mais, usando as ideias de Scheleiermacher para afirmar que é preciso encontrar o Jesus

histórico, que a espiritualidade surge pela observação da comunidade de fé. É o encontro com o Jesus histórico que nos leva a uma religião verdadeira.

Ritschl escreveu que toda teologia precisa ser fundamentada na comunidade de fé, rejeitando totalmente a ideia de uma fé que se expressa na piedade. Para ele, o foco é sempre histórico. A teologia deve ser historicamente representada, e é a vinda do Reino de Deus que realmente motiva as comunidades. Uma vez que o Reino se aproxima, Deus muda a realidade das coisas. A marca da pregação otimista que deu origem a um tipo de “Evangelho social”. Jesus é a representação do homem perfeito, que se libertou de todos os impulsos ruins da natureza humana; aprendeu a executar aquilo que é bom, o que representa a verdadeira religião. Aos poucos, Ritschl abandonou o conceito de revelação. Tudo ficou ligado ao mundo racional, tangível, histórico.

Aí surge Adolph Von Harnack. Em suas obras, ele “acusa” o apóstolo Paulo de pregar um Evangelho sobre Jesus, e não o verdadeiro Evangelho de Jesus, a “religião simples”. Para ele, o cristianismo tinha sido “helenizado”...

Você percebe como reflexão e ensino são indispensáveis? Se a nossa noção sobre quem Deus é está errada, todo o resto será

ruim. A partir de uma visão falsa do Criador, é possível supor que o homem é resultado de processos evolutivos, que ainda se encontra em evolução e pode ficar ótimo. Nada se diz sobre pecado ou expiação; aliás, não há consciência de queda porque rejeita-se a ideia de que o pecado foi transmitido para todas as gerações. E se tiramos o pecado, para que Evangelho e salvação? Na Teologia Liberal, Cristo não é salvador, mas é exemplo a ser seguido. Não se fala em milagre, ressurreição, mundo vindouro, céu ou Inferno. Tudo o que Cristo fez foi ensinar sobre a paternidade de Deus.

Ah! E é bom que se diga: os que defendem ideias liberais não querem destruir o cristianismo! Teólogos liberais dizem que estão resgatando o verdadeiro cristianismo... Adoram a expressão: “verdadeira fé”. Chamam os demais cristãos de pseudocristãos ou acrílicos. Gostam de dizer que as pessoas não entendem. Afirmam que seu trabalho é um esforço pelo bem comum, para que Cristo seja visto. Sempre conectam a fé com o pobre, a política e as ações sociais. Parecem mais sensíveis, mais amorosos, socialmente mais responsáveis e mais éticos – é um tipo de fé que é estética.

Há uma beleza no discurso liberal que é bem diferente da loucura e dureza da cruz. A cultura se torna sinônimo de

Evangelho e a verdade é relativizada. Supervaloriza a experiência e o intelectualismo. Clama por diálogo e inclusão dos mais desfavorecidos contra toda intolerância. E quer saber? Faz muito sentido. A fé só é transcendente a partir do amor e da preocupação com o pobre. E o ponto mais importante: é preciso promover uma releitura da Bíblia para que responda às demandas da pós-modernidade.

Como identificar a teologia liberal?

Um dia desses, vi um pastor falando sobre o amor de Deus. Para ele, Jesus veio ao mundo porque estava profundamente preocupado com as pessoas. Ele disse:

“Muitas pessoas têm sido ensinadas que um pequeno grupo de cristãos viverá para sempre num lugar de paz e alegria chamado céu; o resto da humanidade viverá para sempre em tormento no inferno, sem chance de salvação. Mas isso é errado, prejudicial e contrário a mensagem de amor, paz e perdão de Jesus... essa é a mensagem que o mundo precisa ouvir urgentemente.”

O plano é sempre o mesmo: separar a mensagem de Jesus de outras vozes do Novo Testamento, especialmente Paulo. Veja também o que disse, recentemente, uma das mais importantes vozes da igreja evangélica brasileira:

“Não existe uma doutrina correta! Isso é fantasia... Isso é uma abstração! O que existem são centenas de tradições da fé cristã (...) Paulo às vezes é histórico, às vezes é platônico, às vezes é judaico. Nem Paulo passa no crivo... A construção paulina do Evangelho é uma síntese de filosofia grega, direito romano e sacerdotalismo judaico... Quando alguém fala sobre “verdadeira doutrina”, eu não sei o que isso significa. Do que estamos falando? Eu sei o que falo quando falo de compaixão, generosidade, perdão, comunhão, repartir o pão, virar a outra face, não agredir mulheres e não abusar de crianças...”

Percebe? Se os evangélicos abrem mão do conhecimento, não ensinam nem promovem a reflexão, se tornam anacrônicos e não respondem às questões do seu tempo, pessoas ficam sem ânimo e esperança, cansadas da religião e da fé. Por isso, o pensamento liberal é como um bálsamo que traz paz e alívio a homens e mulheres que vivem num cristianismo de mente vazia.

Agora observe algumas das principais marcas da Teologia Liberal. Pode ser que você já tenha ouvido isso na sua igreja... E pode até ser que você mesmo já tenha ensinado ou pregado algo assim:

- Experiências sobrenaturais não são fatos, mas explicações das pessoas na

tentativa de descrever suas experiências ou entender Deus.

- A história sempre acontece de forma natural, com causas e efeitos.
- O nascimento virginal de Cristo, os milagres e a ressurreição jamais aconteceram na história.
- A criação, a Queda, os milagres e a ressurreição pertencem ao imaginário cristão e não à história real.
- Não importa o que aconteceu no túmulo. O que importa é a declaração dos discípulos: eles dizem que Jesus ressuscitou.
- Muitos relatos bíblicos são invenções piedosas do povo judeu e dos primeiros cristãos.
- A Bíblia está cheia de erros e contradições. Apenas alguns textos foram inspirados por Deus.
- Interpretar a Bíblia é reconhecer que ela possui contradições.
- O Iluminismo, o racionalismo e as filosofias contribuem para uma análise crítica da Bíblia.
- A Criação, o dilúvio e muitos personagens foram inventados.
- Diversas passagens da Bíblia foram acrescentadas anos depois – estes textos não existem.

- O sentimento religioso é universal; todo ser humano é capaz de experimentá-lo.
- As experiências transcendentais na música, na arte e no diálogo inter-religioso são legítimas.
- Na verdade, muitos não cristãos conhecem mais a Deus que os cristãos.

METANOIA

Como nos ensinou o Dr. John Stott, se não usarmos a mente que Deus nos deu, seremos alvos fáceis desses ensinamentos que jamais nos deixaram. É preciso resistir – parar com o cristianismo romântico e ingênuo que não se preocupa nem se importa, que acha tudo lindo. Portanto, o conhecimento bíblico e a reflexão são indispensáveis.

“Transformai-vos pela renovação do entendimento”
(Romanos 12.2)

O conhecimento é para ser usado no culto, para uma fé maior e uma vida cristã mais profunda. É para ser aplicado e compartilhado, para nos proteger de tudo o que pode nos fazer tropeçar. A fé é um escudo, e a Palavra é uma espada. A certeza da Salvação eterna é o capacete que nos mantém seguros em Cristo. Você pode perguntar: o que fazer para adquirir esse conhecimento tão precioso? Disposição mental para

aprender e humilhação diante de Deus. Atitudes que um teólogo liberal jamais terá. Estes são os passos para que tenhamos a clareza e a coragem necessárias. Não subestime o pensamento liberal. Confie em Deus, estude e compartilhe a Palavra e viva para Cristo.

NOTAS

NICHOLLS, J. B. *Contextualização: uma Teologia do Evangelho e Cultura*. São Paulo: Vida Nova, 2013.

STOTT, John. *Crer é também pensar*. São Paulo: ABU, 2012.

CARDIN, Helder. *Hermenêutica*. São Paulo: Vida Nova, 2017.

HORDEN, W. *Teologia contemporânea*. São Paulo: Hagnos, 2003.

MACHEN. J. G. *Cristianismo e liberalismo*. São Paulo: Shedd Publicações, 2012.

MCGRATH, Alister. *Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução a teologia cristã*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

MILLER, Ed. L. *Teologias contemporâneas*. São Paulo: Vida Nova, 2011.

A Política de José no Egito

"Enquanto Abraão é um exemplo de como um crente sem poderes políticos lida com governos ímpios, José é um exemplo de como um crente consegue lidar com o governo ímpio fazendo parte dele."



Wallas Pinheiro cursa licenciatura em Filosofia. É designer e dá aulas de História. Diácono na 2ª Igreja Presbiteriana de Linhares – ES, é casado com Samira Pinheiro.

No artigo anterior, lidamos com muitos pontos de contato entre a vida política de Abraão e a nossa. Neste, lidaremos com a política posterior a Abraão, em especial com José; pois, enquanto Abraão é um exemplo de como um crente *sem poderes políticos* lida com governos ímpios, José é um exemplo de como um crente consegue lidar com o governo ímpio *fazendo parte dele*.

Porém, antes que entremos na história de José como “Primeiro-Ministro” do Egito, é necessário que compreendamos o contexto em que se dá a situação de sua chegada ao poder. No capítulo 37 de Gênesis, notamos que o objetivo da história não é relatar sobre José, pois, por mais estranho que pareça, vemos que Moisés quer nos contar sobre “as gerações de Jacó” (Gn 35.2) e não sobre as de José. Neste sentido, José é instrumental para que a vida de Jacó e seus descendentes seja preservada. Conquanto nos pareça inverossímil pensar assim, pelo fato de José aparentar ser o personagem principal de Gênesis 37 até 50, tal questão se explica claramente quando José mesmo diz que ele chegou até ali para que se conservasse muita gente (i.e., a família de Jacó) com vida (Gn 50:20). Dessa forma, o próprio José reconheceu que a grandeza de sua história se deu por ser

subserviente à história principal.

Além disso, em um aspecto mais político, José no Egito demonstra um vislumbre breve da promessa de Deus de que “*em ti [Abraão] serão benditas todas as famílias da terra*” (Gn 12:3), de forma que o posicionamento político de José é um passo lógico em direção ao Estado de Israel, sem que seja o governo de Israel em si.

Por último, ainda no versículo 2 – e o que deve explicar parte do ódio dos irmãos de José por ele – é dito que José trazia “*más notícias*” de seus irmãos. Os termos hebraicos são semelhantes a quando é dito que os espias “*infamaram a Terra*” (Nm 14:37), demonstrando que José trazia relatórios negativos, como más notícias (embora, como Wenham aponta em seu

comentário,⁵ possa ser que os relatórios de José não fossem completamente verdadeiros, por causa de algumas nuances hebraicas dos termos utilizados). E isso, somado ao sonho de José a respeito do futuro ato de submissão dos irmãos e pais, preenche o que era “necessário” para que ele fosse vendido como escravo e chegasse ao Egito.

Prisões, Guardas e Processos Jurídicos

Por relatos posteriores, sabemos que em Israel havia algum tipo de guarda (Sl 130:6), porém, pode-se concluir que não havia prisões pela simples falta de relatos desse fato, e porque, quando elas foram necessárias para usos ímpios, foi usada uma cisterna ao invés de cadeias (Jr 38:6).⁶ Por outro lado, no Egito, o uso de prisões é bem documentado, de modo que José mesmo é lançado em uma (Gn 39:20).

O fato de Potifar, que era senhor de José, o ter pessoalmente lançado na prisão também esclarece um pouco da relação de ambos. Potifar era comandante ou chefe da guarda (Gn 37:36; 39:1), e sua atuação natural seria prendê-lo. Porém, isso

demonstra o fraco processo jurídico do Egito.

Em Israel, pelo menos em termos de sua lei, nenhum indivíduo, quem quer que seja, poderia ser julgado sem ao menos duas testemunhas (Dt 19:15; Lv 19:15). O que ocorre com José, entretanto, é um precedente legal para que os israelitas vejam o quanto é necessário o processo correto e legítimo, algo que o povo mais poderoso da época (ou quase isso), não possuía.

Isso nos leva a considerar três pontos:

- A justiça deve ser feita não só na punição, mas no processo como um todo (Êx 23:1-3, 6-8). O julgamento desproporcional ou com falta de provas era uma das coisas que tornavam as leis e os governos dos outros povos fracos e injustos diante de Israel e de Deus (Dt 4:5, 6). Assim, se uma política nacional não considera corretamente seu *processo* jurídico, não terá condições de enxergar se as punições que aplica fazem sentido, e isso nos leva ao segundo ponto.
- Havendo falta de justiça no processo, é

melhor que a punição seja fraca do que forte, para evitar maior maldade. A pena de morte não é uma pena de aplicação impessoal, pois é um ataque frontal à imagem de Deus no homem, a menos que este homem primeiro negue a imagem de Deus matando um inocente. Dessa forma, se José fosse levado à pena de morte, não só Potifar e sua esposa estariam em pecado maior, mas a própria história da redenção precisaria seguir outro curso. Assim, faz sentido que em um país e nação com processo jurídico fraco, a pena de morte não exista ou seja tão restrita quanto possível (como vemos no caso do copeiro e padeiro chefe entre Gn 40 e 41). Notavelmente, porém, isso não quer dizer que todos os povos estão destinados a não praticar a pena de morte, apenas que precisam ter leis e processos jurídicos claros e eficientes para aplicarem esta pena (como ocorreu em Israel).⁷ No fim, se um

⁵ WENHAM, Gordon J. *Genesis 16-50*: 2. California: Thomas Nelson, 1994, n.p.

⁶ Dentro da lei bíblica, isso faz total sentido, pois os pecados eram

punidos ou com a morte ou com restituição monetária, de modo que em momento algum a lei prescreve a prisão como paliativo ou punitivo em sua penologia.

⁷ Isso demonstra que o argumento de que Israel estabeleceu a pena de morte por causa da ignorância do povo é fraco. O povo de Israel já

país fica confuso juridicamente, deve-se considerar um ato de misericórdia de Deus que a pena de morte comece a cair em desuso, pois Deus mesmo poderia punir uma nação de modo mais grave por causa da morte de inocentes garantida pelos juízes.

- Por último, a lei bíblica condena atos concretos praticados. Esta parte é a mais estranha para nós, porém, na estrutura bíblica, se José fosse impedido de violentar a esposa de Potifar, o que ocorreria seria seu chicoteamento ou afastamento do seu serviço escravo, e não a aplicação da pena final. No caso, Potifar puniu José como se este tivesse praticado o ato completo, ainda que de uma forma mais fraca, visto não haver pena de morte aplicada neste caso no texto.

Pode-se, é verdade, mencionar que a esposa de Potifar ficou com parte da roupa de José (Gn 39:18), o que se resumiria a uma prova material do crime. Contudo, também é claro que o processo carecia de mais provas, de modo que o que temos diante de nós reforça como, no Egito, o apelo

para que se ache um culpado era tão fácil quanto o é hoje (principalmente de um estupro que não ocorreu). Essa insegurança jurídica deu às vítimas menos defesa, e inverteu o polo do poder dos homens (como no caso da nação de Israel, mais patriarcal), para as mulheres (como se vê em Gênesis 39).

Estado de Bem-estar Social

A esta altura é necessário fazer algumas observações. A forma como José lida com o governo egípcio não é um problema se observarmos como a Bíblia trata os sistemas de governo em geral. Por exemplo, em Israel, durante a vida de Moisés, havia um tipo de “pré-monarquia” e após a morte de Josué cada tribo tinha lideranças próprias aparentemente sem um chefe unificador geral, de modo que isso mostra que não há nada de intrinsecamente pecaminoso, quer na monarquia (pois, caso fosse pecaminosa, Davi e Salomão estariam em pecado perpétuo), quer no governo faraônico (o que faria José pecar). Assim, é preciso observar que as atitudes de José não marcam um ideal de regimento, mas o que se consegue fazer com uma administração que é (neste caso), fraca por natureza.

Além disso, José entra no governo por causa de dois

sonhos de Faraó, algo que por si só é excepcional e, portanto, ele entra no governo com o fim de resolver *um* problema em particular: a falta de mantimentos prevista para sete anos no futuro. Por questões como estas, embora o governo de José prove que não é pecado estar em um governo que tenta prover “bem-estar social” (que veremos adiante), seu *status* não serve para dizer o que um crente deve *fazer* ao entrar num governo de bem estar social. Afinal, a menos que tivéssemos como prever *inevitavelmente* uma crise e que essa crise pudesse causar a morte de maior parte da população (Gn 41:36), não faz sentido atuar como José num período de problemas ordinários e comuns.

Seguindo adiante, notamos que José sugere a Faraó uma série de ações (Gn 41:33-37) e, dentre elas, algo parecido com a “fundação de uma empresa estatal”. Essa “empresa” teria um chefe com vários encarregados para ajuntarem cereal, baseado na produção de um quinto da terra (20%). O versículo, contudo, não é claro se essa produção seria própria ou em forma de impostos de *produtos da terra*. Qualquer que seja a opção, nota-se que na crise é possível que o Estado faça provisões sem que peque nisto (note, contudo, que esse tipo de atitude prevê um fim, isto é, que se ocorra durante os

conhecia o sistema “penitenciário” egípcio, com a própria história de José provando isso; desse modo, é

compreensível que a pena de morte tenha, portanto, papel claro na

Heilsgeschichte, i.e., História da Redenção.

anos de fartura e cesse nos próximos, não retornando, portanto, – Gn 41:34 [“*nos sete anos de fartura*”]).

Assim, passados os anos de fartura, o povo recorreu naturalmente ao Estado, pedindo alimentos (Gn 41:55). O Egito, ao que tudo indica nesta passagem, não possuía novidade no ato. O povo precisava recorrer ao Faraó, e recorreu sem que temesse qualquer coisa, não só pelo desespero, mas certamente pelo modo como o Estado se apresentava ao povo: aquele que apresentaria as soluções finais. Ainda assim, essa leitura seria superficial, se não considerarmos que o Estado, diante de uma crise de tais proporções, precisa preservar a si e ao próprio povo, do contrário, não haveria povo para governar e nem Estado. Todavia, como se vê na passagem, é o *povo* que recorre ao Estado e não o Estado que primeiramente oferece o serviço, do contrário, o Estado tornar-se-ia, ele mesmo, outra coisa distinta de seu propósito inicial.

Outro ponto é que o “Estado de Bem-estar Social” não era gratuito como alguns cristãos sociais-democratas querem fazer crer. O povo ia a José e pagava pelo que consumia (Gn 41:57), de modo que, se o Estado tivesse produzido ele mesmo o alimento, funcionaria como qualquer negócio comum, com a diferença de que, neste caso, o Estado tinha

em mãos informações que o povo comum não tinha, o que garantiu a ele a aquisição prévia e disponibilização geral dos alimentos sem concorrentes. Por outro lado, se ele tivesse feito aquisição como imposto dos produtos da terra, então temos um segundo pagamento daquilo que já foi pago anteriormente, o que torna, portanto, essa segunda interpretação menos plausível.

Por essa razão, o Estado Egípcio sob a administração de José não se assemelha em nada com o que chamamos de Estado “social” ou semelhantes, pois: (a) previu miraculosamente uma crise global, (b) a crise atingia a maior parte do povo, (c) José *produziu os bens* de consumo pelos administradores estatais, i.e., não tomou de ninguém, (d) ele vendeu estes bens, não os distribuiu “gratuitamente”.

Não sabemos o quanto José poderia lutar administrativamente contra o modelo estatal egípcio, pois, após essa crise, o livro de Gênesis se silencia sobre o modo como José lidou com todo o modelo estatal faraônico. A tentativa de reformar o Estado poderia não ser possível, haja vista que Faraó, acima de tudo, tencionava manter seu próprio poder, e tentar fazer qualquer coisa que reduzisse este poder não permitiria a José muitas alternativas. Ele – é claro – não se entregou a Faraó por falta de princípios próprios,

mas sabia que não faria sentido uma briga na qual certamente sairia perdendo.

Acontecimentos Gerais do Governo Egípcio

Parece irônico que a confusão jurídica justamente permitiu a José fazer o que faz no capítulo 42. Entre os versículos 15 e 20, José, literalmente, põe seus irmãos em prisão sem nenhum processo jurídico. Embora isso imite e sirva como pena pelo que fizeram José passar, mostra como, mesmo após anos, o sistema jurídico permanecia intocado. Certamente, nenhum dos que dizem que José prediz a possibilidade de um crente ser socialista ou social-democrata permitiria que um crente no governo prendesse alguém sem provas. Deus garante, posteriormente, que em Israel este tipo de coisa não ocorra, contudo, vemos que Deus não condena José por este ato, o que não pressupõe nenhuma bondade intrínseca da atitude.

Em último caso, José age praticamente como falsa testemunha contra seus irmãos, de modo que é provável que a própria história de José esteja em vista quando, posteriormente, a lei estabelece as requisições básicas para qualquer processo jurídico. Também vemos que José não foi nenhum ativista pelas causas “antidiscriminação”, pois, em sua presença, os egípcios não se misturavam com os seus

irmãos (Gn 43:30-32), tratando-os como abominação (v. 32). Deste modo, José seria, aparentemente, um “falso crente” no governo segundo os muitos critérios atuais, especialmente em igrejas voltadas para as pautas igualitárias e anti “xenofóbicas” e semelhantes. Por outro lado, posteriormente, esse mesmo “preconceito” egípcio é considerado positivo para a família de José (Gn 46:31-34).

Além da atitude de “falsa testemunha”, José literalmente implanta provas contra seus irmãos no cap. 44 (veja dos versículos 2 até 18). Na situação jurídica do Egito, de flacidez moral, claramente os atos de José em relação aos seus irmãos não tinham nenhum efeito real, pois não os fazia terem que restituir a José de fato, nem resultava em pena de morte imediata. Mas, tais atitudes de José seriam inimagináveis sob a lei estabelecida posteriormente, de modo que o próprio José se torna um atestado da confusão jurídica fora de Israel.

Além disso José sustentou sua família com os rendimentos que tinha do governo (Gn 47:12), dando-lhes terras a seu gosto no mesmo capítulo. O que fica evidente é que, se a história de José for um ideal cristão em todos os sentidos, a conclusão será de que um governante cristão pode fazer quase qualquer coisa no governo, enquanto, no texto

bíblico, o que vemos é o fruto da falta de parâmetro do poder egípcio.

Nota-se, inclusive, que a crise aumenta, pois o dinheiro do povo acaba (Gn 47:15). O povo chega a José e pede pão, isto é, sem que precise pagar pelo produto (Gn 47:15b); contudo, José não vê isso com bons olhos e exige do povo outro tipo de pagamento, o gado (Gn 47:16). Quando também acabou o gado, José comprou o próprio povo como escravo de Faraó (Gn 47:19-21), algo que só foi possível pela disposição do próprio povo em se vender como escravo (v. 18). O versículo 22 mostra aquilo que pode ser um dos motivos para José não fazer grandes alterações na atuação do Estado no Egito, pois embora José só fosse menor do que Faraó, o próprio Faraó impunha algumas limitações a José (e seria interessante que José acabasse com a idolatria no Egito se tirasse o poder dos sacerdotes idólatras, mas isso era absolutamente contrário à autoridade de Faraó).

O povo então passa a pagar impostos a Faraó, e isso já se chama “servidão” (23, 24). Todavia, mesmo como escravos o povo não pagava mais do que 20% de todo rendimento produzido. O que temos aqui é um exemplo claro de que mesmo com o povo sendo escravo de Faraó, tendo as terras como propriedade do Estado, ainda assim o pagamento da produção não

passava de um quinto. Caso consideremos as atitudes positivas de José, dentro do que era permitido por Faraó, o resultado apontará para a limitação mínima possível da população e maior possível para o Estado, pois:

(a) Como vimos, é sempre o povo quem age primeiro nos pedidos;

(b) José jamais aceita doar ao povo gratuitamente o que produziu;

(c) Quando o dinheiro do povo acaba, o povo vende a si mesmo e passa a pagar o máximo necessário a José em troca de alimento (isto é, 20%), e esta atitude é considerada, no texto mesmo, um extremo, pois o povo se vê no limite do que pode dar a José.

(d) Assim, caso consideremos as atitudes positivas de José durante a maior crise, o resultado será não o de um estadista que agiganta o Estado, mas aquele que opta pelo caminho que deixa sempre o Estado atuar o mínimo possível.

Conclusões

Diferente do Egito, contudo, não estamos em crise absoluta e, mesmo assim, caso não paguemos nosso IPTU, perdemos o nosso imóvel; nosso imposto gira em torno de 33 a 35%; e é sempre o Estado que toma as iniciativas de

programas sociais “gratuitos”. Embora o presidente não possa ordenar a prisão direta de alguém, temos cerca de 40% dos presos no Brasil *sem julgamento*,⁸ o que presume a chance de inocência, sem contar os outros 60% que podem ter punições desproporcionais entre eles e semelhantes. Não estamos tão distantes assim de José, embora em alguns aspectos nosso estado moderno tenha mais atuações do que o Estado Egípcio. Se imitarmos José, naquilo que foge do extraordinário, diminuiremos o poder do Estado.

O problema é que caso os crentes se envolvam com a nossa política – como já se envolvem – o exemplo de José

é extremamente contextual, de modo que nos sobra textos que apontam a sabedoria do governo bem como textos que proíbem o pecado. No fim, a história de José mostra mais como precisamos retirar de nós a quantidade de encargos que temos visto que somos mais escravizados pelo Estado moderno do que os Egípcios se tornaram no tempo da crise.

Epílogo de José

Se observarmos as consequências a longo prazo do governo de José, o que veremos? Embora não tenha sido culpa dele, pois era a melhor atuação possível naquela situação segundo a sabedoria que Deus mesmo lhe deu, o poder de Faraó

aumentou, e não diminuiu. E, ainda que Israel tenha ficado “*mais forte*” do que o Egito (Êx 1:9), sem o poder adquirido por José, Faraó jamais conseguiria meios de escravizar tiranicamente a Israel. Contudo, é bem provável que parte do problema também repouse sobre a falta de instrução contínua entre os egípcios acerca de sua própria história com Israel (Êx 1:8) – algo esperado diante de um povo dado a releituras da própria história. Certamente, Gênesis nos ensina muito de política, mas nada se comparará ao ensino positivo da Lei posteriormente.

⁸ **GOMES, Luiz Flávio. Encarceramento (massivo) de presumidos inocentes: 42,9%.**

Disponível em <http://www.lfg.com.br> 30 julho. 2009. Acesso em 23 de Julho de 2022. Contudo, cabe observar que

tal dado continua constante segundo muitos meios de comunicação atuais.

Stranger Things e a ilusão da culpa

"Contrário a essa individualidade doentia, temos a realidade da Igreja como comunidade de pessoas diversas e diferentes, mas com um mesmo objetivo, unidas pelo mesmo Salvador."



Francine Cabanas Tobin é fotógrafa, artesã e musicista da Igreja Assembleia de Deus Jardim Botânico, em Porto Alegre – RS. Graduada em Fotografia, pela ULBRA, em Canoas – RS e mestranda em Teologia pela EST – RS. Através da fotografia autoral, vem criando séries fotográficas com uma poética visual inspirada na cosmovisão cristã, buscando dialogar com as duas linguagens: fotografia e teologia.

Em meados de maio de 2022, durante a época fria e chuvosa que marcou aquele mês, foi ao ar, na plataforma de streaming

Netflix, a 4ª temporada da série **Stranger Things**, a qual causou diversas reações nos telespectadores devido ao surpreendente rumo da história e às ocorrências extremamente inesperadas no enredo. Ao assistir a série, me foi impossível não associar alguns pontos da série a temáticas originalmente bíblicas, pontos estes como a culpa – temática que tomou conta da série. Será sobre ela que nos deteremos neste artigo.

Sobre a análise de elementos culturais e produções artísticas

Acho válido enfatizar o necessário cuidado que devemos ter para não cairmos no fanatismo e no fardo de necessariamente termos de procurar encontrar aspectos bíblicos em tudo quanto é série – como muito tem sido feito atualmente. O tal “redimir a cultura”. Acredito que olhar para as produções culturais sempre na gana ou busca por

encontrar um apelo teológico nas obras seja um hábito que carece de muito cuidado, pois isto pode se transformar em um vício infrutífero – em muitas situações estaremos tentando impor nossa cosmovisão a todo custo sobre uma determinada produção que é pautada por uma outra cosmovisão, a qual não carrega as mesmas pautas que nós e, muito menos, os mesmos valores.

É fato que em muitas manifestações artísticas estão presentes, sim, um apelo teológico, referências claramente bíblicas, aspectos religiosos ou costumes e valores cristãos, os quais nos possibilitam uma excelente abertura para o diálogo cultural – um ponto de contato. Mas, isso não é regra. Sem falar no fato de que precisamos de lazer e entretenimento. Lazer e entretenimento, quando não incentivam o pecado propriamente dito, glorificam

a Deus justamente por serem lazer e entretenimento, desfrutados por um cristão que dedica seu gozo e contentamento a Deus, que os vê como dádivas de Deus. Lazer e entretenimento não precisam carregar uma mensagem explícita ou implicitamente religiosa ou espiritual. Quando desfrutados de maneira saudável, lazer e entretenimento glorificam a Deus e Sua Graça para com os pecadores, sendo isso e tão somente isso: lazer e entretenimento.

Enfatizo o cuidado que devemos ter para com essas análises e percepções de pontos de contato entre o cristianismo e variadas produções artísticas, porque recentemente li vários textos, matérias, blogs, posts e assisti vídeos que analisavam *Stranger Things* à luz do cristianismo e encontrei muitos exageros. Me interessei por fazer essa pesquisa porque a 4ª temporada, em especial, me trouxe à mente diversos ensinamentos das Escrituras por trazer à tona o problema da culpa. Pus-me a procurar textos sobre a série e me chamou a atenção que, em alguns casos, é perceptível a tentativa exagerada de se encontrar um significado oculto e cristão em tudo, o que sinceramente já acredito ser um desserviço no diálogo da teologia com a cultura secular.

Esse diálogo é para ser bom, sincero, equilibrado e útil, como Paulo em Atenas que, ao se encontrar com o “*altar ao deus desconhecido*” (Atos 17: 23-28), pregou àquele povo que este “desconhecido” era o Deus que ele veio anunciar. Paulo, nesse caso, partindo da cultura daquele povo, encontrou uma oportunidade para lhes falar de seu Deus, o que nos ensina que, sim, podemos fazer isso, mas convém fazê-lo com prudência e honestidade.

A nova temporada de *Stranger Things*

A 4ª temporada de ST já se inicia com um massacre no laboratório – o enredo dá a entender que Eleven é a culpada e a assassina em voga. A culpa está presente desde o início. A própria personagem acredita nisso e se culpa fortemente, fato este que a assombra e inclusive a torna agressiva em certos momentos.

Em seguida, nos deparamos com o famoso 4º episódio: “*Dear Billy*”. Nele, temos Max, uma personagem que se mostra cheia de culpa. Uma das amostras de sua culpa, é encontrada na cena em que ela lê uma carta ao irmão em sua sepultura, o que representa o seu período de luto. O problema é que Max mascara o peso desse sentimento que carrega, não o compartilhando

com as pessoas próximas a ela, escondendo e acobertando essa perturbação interior. Bem como Matt Duffer disse em entrevista:

“Ela afasta as pessoas, o que torna tudo mais difícil”.⁹

Essa temporada está repleta de situações em que as personagens escondem muitos segredos, fatos e sentimentos dos entes queridos mais próximos, o que resulta em solidão e muita culpa.

Max superficialmente defendia para seus amigos e família (para quem ela mais deveria contar segredos e se abrir) estar bem quando, na verdade, carregava pesada culpa pela morte de seu irmão, carecendo assim de muitos remédios para dormir e se acalmar. Vecna atuou exatamente nesse segredo de Max, nessa penumbra que ela criou e pensou que poderia vencer sozinha.

Vecna

O vilão da série é Vecna, monstro que curiosamente atua exatamente sobre essa culpa. Ele se move e tem poder na medida em que suas vítimas se deixam dominar pela culpa que sentem e, mais do que isso, quando encobrem esse sentimento, não o trazendo para a luz, se afundando cada vez mais na escuridão que, por Vecna e através da própria

⁹ ARAÚJO, Luíza. *Novo vilão em “Stranger Things”*. 2022.

<https://www.purebreak.com.br/noticias/-stranger-things-4-saiba-quem->

[e-vecna-e-veja-spoilers-dos-criadores/105582](https://www.purebreak.com.br/noticias/-stranger-things-4-saiba-quem-)

escolha das personagens de não compartilhar, é retroalimentada, numa simbiose macabra. O monstro explora e apavora através do medo e da culpa, deixando suas vítimas em transe.

“As minhas culpas me afogam; são como um fardo pesado e insuportável.” (Salmos 38:4)

O bem e o mal

Algo de muito valor na temporada em questão é a clara diferenciação entre o bem e o mal que os produtores conseguiram construir, a qual se dá através de diversos símbolos. Por essa razão, acredito que esta seja uma produção que pode lançar luz sobre esses conceitos os quais constantemente são apresentados de modo obscuro e relativizado nas produções da Netflix. Por vezes, definem de modo confuso o que são realmente o bem e o mal (ou não definem), de maneira que tudo se torna suscetível às interpretações subjetivas do espectador.

O brasileiro retratista e especialista em imagem João Menna publicou no Instagram¹⁰ uma excelente análise simbólica da 4ª temporada de ST e trouxe à lume a questão dos arquétipos, introduzindo o arquétipo do bem e do mal na série. Menna

escreve sobre a importância de o mal ser representado como mal, expondo Vecna como essa verdadeira representação maligna, o que é perceptível em suas características monstruosas e também nas intenções do vilão: *“Ele quer matar as pessoas, quer que elas façam parte dele, e ele faz justamente o que o demônio quer: matar as pessoas através da culpa”*, diz Menna. Menna faz um paralelo com o objetivo do Diabo, que não é o pecado, *“o pecado é uma fraqueza humana. O objetivo do diabo é manter as pessoas presas na culpa de terem pecado. Sem a verdadeira libertação. Max se culpa pela morte do irmão”* – a forma como ela escapa do transe de Vecna veremos mais à frente.

Note que esta imagem de Vecna definitivamente nos causa medo, desconforto, e rapidamente associamos ela ao mal. As semelhanças com uma grande aranha, remetendo a um monstro, assombram. Tem-se, na série, o bem como o bem e o mal como o mal: *“o mal existe e ele deve sim ser representado (...). Ainda mais quando é representado de forma verdadeira, e principalmente, quando nos é apresentado a beleza, a amizade e o amor como a cura”*, palavras de Menna.

Um dos métodos usados por Vecna para alcançar seus

objetivos é atuar na culpa, no medo que é contrário ao amor. O vilão entra no inconsciente do ser humano e age no que lhe é sombrio, no medo, no que mais lhe dói, no que o ser humano não expõe. Vecna não é conhecido por estar presente em memórias felizes, agradáveis, na alegria da comunhão, e sim nas coisas opostas a essas. Aqui reside uma válida reflexão: *“praticamente todas as pessoas têm o Vecna presente em suas vidas”*,¹¹ pois todos lidamos, em algum nível, com a sensação da culpa, dos medos e do que não é bom.

A liturgia de Vecna

A série que, desde o começo, faz paralelos com histórias de RPG, adapta o monstro Vecna de *Dungeons & Dragons*, um dos mais famosos jogos do gênero. Vecna é um dos maiores vilões deste jogo. Nele, Vecna nasceu como um humano, aprendendo artes místicas, até se tornar um mestre das artes negras,¹² alguém que é muito poderoso, capaz de se reerguer de diversos combates.

O deus maligno dos mortos-vivos tem a temática dos segredos como algo central.

“Ele governa o que não deve ser conhecido e tudo sobre o que as

¹⁰ MENNA, João, no Instagram: <https://www.instagram.com/stories/highlights/17961428047692670/>

¹¹ Ibidem.

¹² SEPÚLVEDA, Bruno. *Vecna: O monstro de D&D e vilão em Stranger Things*, 2022. Disponível em: <https://feededigno.com.br/serie/vecna-o-monstro-de-d-d-e-vilao-em-stranger-things/>

[na-o-monstro-de-ded-e-vilao-em-stranger-things/](https://feededigno.com.br/serie/vecna-o-monstro-de-d-d-e-vilao-em-stranger-things/)

peças *querem* *manter* *em* *segredo*”.¹³

O vilão ordena a seus conjuradores e conspiradores a nunca revelarem tudo o que sabem e “*encontrar a semente das trevas no seu coração e protegê-la; encontrá-la nos demais e tirar vantagem disso*”.¹⁴

Vecna busca jovens com traumas para serem suas vítimas. Estando ligado ao *Devorador de Mentes*, ambos visam abrir portais em nosso mundo e atacar a humanidade. É curioso que a finalidade dos ataques de Vecna seja isso de abrir brechas – grandiosas brechas. Ele visa rachar a superfície da terra – e conseguir isso não meramente atuando em pontos aleatórios e sem propósito, outrossim, iniciando pelos locais onde matou suas vítimas, para, por meio dessas brechas, atacar o mundo através de Hawkins. Através de traumas que resultam em mortes, ele abre quatro portais.

Ao que parece, Vecna demonstra ter uma liturgia para todo o seu plano, desde o início. Suas quase vítimas – Max e Nancy – descrevem sempre os acontecimentos numa mesma ordem cronológica: a) atuar em algum medo, b) as batidas do relógio, c) e a frase ao posicionar a mão

para possuir a pessoa: “*Seu sofrimento está quase no fim*”.

Poder-se-ia dizer que o vilão só tem poder sobre quem lhe dá poder. É interessante que, quando ele, ainda como Peter (o número Um), ataca Eleven quase a matando, Jane o vence, se fortalecendo na lembrança do amor de sua mãe. Têm-se aqui lembranças positivas como salvadoras e possíveis libertadoras da culpa e do medo – um refúgio no amor. Para um vilão que atua na penumbra da mente humana, era de se esperar que momentos bons e revigorantes da vida pudessem ser um antídoto contra esse transe que afunda o ser nas sombras.

Quando o monstro chega em Max, a personagem que cativou o público com sua personalidade e seu tocador de fitas – os antigos “walkmans”, ela se deixa dominar pela culpa, afundando a si mesma no remorso infundado pela morte de seu irmão. Prato cheio para Vecna! Ficando imobilizada, dá poder a Vecna que estende sua mão para possuí-la. Nesse momento, Robin e Nancy descobrem que uma música amada por Max poderia despertar-lhe do estado de transe, salvando-lhe a alma. A música encontra lugares profundos em seu inconsciente, despertando boas recordações, fazendo Max correr para longe de Vecna,

num tipo de “libertação da culpa”, uma luz que ilumina.

O que temos aqui não é simplesmente uma música, mas a força da realidade para a qual a música remete Max, que são os momentos felizes e reais que ela viveu com as pessoas que ela ama e que a amam. A canção desperta a personagem para a luz, para o amor.

A culpa e a comunhão

Assistir à série é como se nos colocássemos em contato com tensões do íntimo do ser. Quantas vezes nos culpamos, lamentamos, lutamos e nos ansiamos sozinhos, quando, à luz das Escrituras, na pessoa de Jesus, temos a remissão de pecados que elimina toda a culpa, lança fora o medo, perdoa e cura traumas, e nos torna em Nova Criação?

Por outro lado, a realidade é que a culpa ainda assola a humanidade, atormentando as mentes, razão pela qual acredito no impacto da série sobre os telespectadores. Através dela, podemos fazer uma revisão do nosso interior, buscando tudo aquilo que tentamos guardar e acobertar quando, na verdade, deveríamos trazer para a luz, nos arrepender e confiar em Deus.

É discurso moderno a ilusão de que conseguimos tudo por nós mesmos, pela nossa força

¹³ *Vecna: Dungeons & Dragons*. Disponível em:

<https://dndbrasil.fandom.com/pt-br/wiki/Vecna>

¹⁴ *Ibidem*.

interior. Isso é fruto da modernidade que “se caracteriza pela colocação do indivíduo como medida e como fim”,¹⁵ nos fadando a dependermos de nós mesmos e desse nosso coração caído, de uma inconstância que a cada dia quer algo diferente e que se acomoda sempre no que for melhor para si; uma relação narcísica. Esse discurso de que “consequimos sozinhos” é a ilusão mais bem maquiada que acompanha a mentalidade contemporânea.

Recentemente, li uma citação de J. I. Packer sobre a autonomia do “olhe para dentro”:

“Foi precisamente porque o homem acolheu a perspectiva de se tornar a medida e o juiz de todas as coisas que o pecado entrou pela primeira vez no mundo.”

Contrário a essa individualidade doentia,

temos a realidade da Igreja como comunidade de pessoas diversas e diferentes, mas com um mesmo objetivo, unidas pelo mesmo Salvador. Na Trindade, Deus claramente nos ensina sobre o relacionamento e sua importância, bem como na criação de Eva, onde Deus dá a Adão uma companheira, e estimula a comunhão. Cristo morreu para formar a Igreja na qual, como refúgio, vivência e parte do corpo de Jesus, compartilhamos, oramos e choramos juntos, sem segredos, trazendo para a luz as aflições da vida – já pré-anunciadas por Jesus (João 16:33).

É válido lembrar que, na jornada analítica dos símbolos, trazida por Menna e já citada aqui, a imagem de uma igreja é tida como um cenário de esperança para Hopper, em meio aos comunistas, em uma comovente e breve cena. Concluindo este primeiro

artigo sobre a 4ª temporada de ST e tendo todo este pano de fundo em mente, é possível notar que, na série, as personagens tinham muitos segredos, coisas encobertas, manifestações ilusórias de estado de tranquilidade, quando na verdade precisavam trazer essas coisas para a luz e compartilhá-las com as pessoas que as amam, para que o que estava sendo alimentado na escuridão e pela escuridão desaparecesse.

A verdade é que nenhum de nós precisa enfrentar o Vecna real, o Diabo, pois Jesus já o fez e venceu. Ele eliminou toda a culpa na qual estávamos todos afogados, gemendo de angústia, sob condenação.

“Que diremos, pois a estas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (Romanos 8.31).

¹⁵ PORTELLA, Rodrigo. *A Religião na Sociedade Secularizada: Urdindo as Tramas de um Debate*. O presente

artigo, provido agora de alguns acréscimos, teve uma primeira edição

publicada na revista *Rever*, de PUC/SP, nº 2, 2006.

